



FRANCISCO EVANGELISTA PORTO

**O MAPA DA CIDADE: O PAPEL DAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO  
URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB**

CAMPINA GRANDE - PB

2007

**FRANCISCO EVANGELISTA PORTO**

**O MAPA DA CIDADE: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
E SUA RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO URBANO DA  
CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, Área de Concentração em Políticas Públicas, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Auri Donato da Cunha

**CAMPINA GRANDE – PB  
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UEPB

P839m

Porto, Francisco Evangelista.

O Mapa da Cidade: O papel das Políticas Públicas e suas relações com crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB. / Francisco Evangelista Porto.– Campina Grande: UEPB, 2007.

94f.: il. color.

Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação: Prof. DSc. Auri Donato da Cunha,  
Departamento de Educação”

1. Políticas Públicas.                      2. Expansão Urbana –  
Mapeamento.                      I- Título.

22. ed. CDD 352.34

**FRANCISCO EVANGELISTA PORTO**

**O MAPA DA CIDADE: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
E SUAS RELAÇÕES COM O CRESCIMENTO URBANO DA  
CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, Área de Concentração em Políticas Públicas, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento, elaborada após integralização curricular do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade.

Dissertação defendida em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Auri Donato da Cunha - UEPB**  
(Presidente – Orientador)

---

**Prof. Dr. Delio Mendes da Fonseca e Silva Filho - UFRPE**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Geralda Medeiros Nóbrega - UEPB**

*Aos meus filhos Pedro, Rafaella e Carolina.*

*Ao socializarmos nossas idéias, corremos o risco de tê-las copiadas. Más, jamais será copiada a sensação de ter tido-as.*

## RESUMO

O crescimento de uma cidade está diretamente ligado a sua origem, localização e vocação econômica, mas seu crescimento pode ser acelerado ou retardado dependendo das políticas públicas nela desenvolvidas. A Cidade de Campina Grande teve sua origem em uma aldeia localizada em um entroncamento de quatro importantes rodovias do estado da Paraíba, assim sua vocação econômica desde a fundação foi o comércio. A pesquisa em foco teve por objetivo identificar as políticas públicas implementadas na Cidade de Campina Grande e mensurar sua contribuição para expansão urbana. Para tanto, foi feito um mapeamento das políticas públicas mais significativas voltadas para o desenvolvimento da cidade ao longo de sua história, e, ao mesmo tempo, foi feita uma cartografia temporal da evolução urbana. Assim foi possível mapear cinco períodos onde houve ações de políticas públicas que aceleraram ou que retardaram o crescimento da cidade e que estão relacionadas com a expansão urbana. O primeiro período está relacionado com uma política pública federal de transporte ferroviário, o segundo trata de uma política municipal de urbanização, terceiro envolve uma política municipal de desenvolvimento industrial, o quarto refere-se a políticas federais durante o governo militar e, o último está relacionado com o período de redemocratização do país. A reconstrução cartográfica da cidade ilustra as relações dessas políticas com o crescimento urbano. Essa reconstrução foi feita a partir de documentação histórica, resultando em uma carta da cidade referente ao final de cada período. Este trabalho aponta para uma conclusão de que as políticas públicas implementadas contribuíram mais para retardar do que acelerar o crescimento da Cidade de Campina Grande.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Expansão Urbana, Mapeamento.

## ABSTRACT

The development of a city has a direct connection to its origin, localization and economic vocation, but the acceleration or the delay of its development depends the state-owned politics applied in the city. The city of Campina Grande origin comes from a village localized in a junction of four important highways in Paraíba state, so its economic vocation since its foundation was commerce. The research tries to identify the state-owned politics applied in the city of Campina Grande and measure the contribution of these politics to the urban expansion. The more significant state-owned politics applied in the development of the city in all its history was mapped, while being a temporal cartography of the urban evolution. There are identified five periods related to the urban expansion where the state-owned politics has accelerated or delayed the increase of the city. The first one is related to a federal railway transportation state-owned politics. The second period is about a municipal politics of urbanization. Third involves a municipal politics of industrial development. The fourth treats the state-owned politics applied during the military government, and the last period relates the redemocratization period of the country. The cartographic reconstitution of the city illustrates the state-owned politics relation to the urban increase. This reconstitution made by historic documentation resulted in a city chart of the final of each period. The conclusion points that the state-owned politics contributed more to delay than to accelerate the increase of Campina Grande city.

**Key words:** State-owned Politics, Urban Expansion, Cartography.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS :	Página
<b>Quadro 01</b> – Números do período (população área e edificações) categoria de Vila em 1790.....	47
<b>Quadro 02</b> – Números do período (população área e edificações) quantidade atual, acrescida e percentual – entre 1790 e 1907.....	53
<b>Quadro 03</b> – Números do período (população área e edificações) quantidade atual, acrescida e percentual – entre 1907 e 1930.....	57
<b>Quadro 04</b> – Números do período (população área e edificações) quantidade atual, acrescida e percentual – entre 1930 e 1945 .....	61
<b>Quadro 05</b> – Números do período (população área e edificações) quantidade atual, acrescida e percentual – entre 1945 e 1964 .....	66
<b>Quadro 06</b> – Números do período (população área e edificações) quantidade atual, acrescida e percentual – entre 1964 e 1980 .....	73
<b>Quadro 07</b> – Números do período (população área e edificações) quantidade atual, acrescida e percentual – entre 1980 e 2005 .....	79

<b>CARTAS :</b>	<b>Página</b>
<b>Carta 01</b> - Situação e Localização da Cidade de Campina Grande – PB ...	19
<b>Carta 02</b> - Campina Grande - categoria de Vila– 1790.....	48
<b>Carta 03</b> - Campina Grande - categoria de cidade – 1984 .....	49
<b>Carta 04</b> - Campina Grande - ano da chegada do trem – 1907.....	54
<b>Carta 05</b> - Campina Grande - antes do projeto Art Decor – 1930 .....	58
<b>Carta 06</b> - Campina Grande - após o projeto Art Decor - 1945 .....	62
<b>Carta 07</b> - Campina Grande - início do Governo Militar – 1964 .....	67
<b>Carta 08</b> - Campina Grande - início da redemocratização – 1980 .....	74
<b>Carta 09</b> - Campina Grande – ano de 2004 .....	80

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARC	Cartas de Rota Aéreas
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CELB	Companhia de Eletricidade da Borborema
CELB	Companhia Energética da Borborema – após a privatização
CNDU	Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CINEP	Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba
CINGRA	Companhia de Industrialização de Campina Grande
COHABCG	Companhia de Habitação de Campina Grande
COMDECA	Companhia Pró Desenvolvimento de Campina Grande
COMUDE	Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico
CRECI	Conselho Regional de Corretores de Imóveis
CURA	Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
EMATER/PB	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FUMINGRA	Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande
FUNDACT	Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FURNE	Fundação Universidade Regional do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
PD	Plano Diretor
PNCCPM	Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio
PNCPM/CG	Programa Nacional Cidades de Porte Médio – Campina Grande
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SANESA	Saneamento de Campina Grande S.A.
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
UTM	Universal Transversal de Mercator
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TELINGRA	Companhia de Telefonia de Campina Grande
TELPA	Telecomunicações da Paraíba S/A
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
WAC	Carta Aeronáutica Mundial

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>CARACTERIZAÇÃO GERAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE –PB ..</b>	<b>19</b>
1.1 – Situação e Localização.....	19
1.2 – Geologia/Geomorfologia.....	19
1.3 – Climatologia.....	21
1.4 – Espaço Urbano .....	22
1.5 – A Cartografia da Cidade.....	22
1.6 – A Evolução histórica da Cidade de Campina Grande .....	23
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>MATERIAL E MÉTODO .....</b>	<b>39</b>
2.1 – Identificação das Políticas Públicas.....	40
2.2 – Composição Cartográfica.....	42
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM A EXPANSÃO URBANA .....</b>	<b>45</b>
3.1 – Da fundação à chegada do trem (1697 a 1907).....	46
3.2 – Da chegada do trem a chegada do automóvel (1907 a 1930).....	55
3.3 – Da chegada do automóvel ao final da Guerra (1930 a 1945) .....	59
3.4 – Do final da Guerra ao golpe militar (1945 a 1964).....	63
3.5 – Conseqüências do Governo Militar (1964 a 1980) .....	68
3.6 – A redemocratização (1980 a 2005) .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho resultou de uma pesquisa realizada na cidade de Campina Grande sobre a evolução urbana. Procurou identificar os fatores que contribuíram para o seu crescimento, o que impossibilitou o desenvolvimento da cidade, como também, que destino à cidade teria tomado, se os projetos elaborados tivessem sido implementados de forma diferente. Buscou-se respostas para essas questões, no decorrer do estudo. Daí se perguntar: Teria mantido sua vocação para o comércio, como liderança regional? Seria um centro industrial? Sua expansão urbana teria sido mais significativa? Qual seria sua vocação econômica?

Estudar a cidade é uma tarefa complexa que atrai a atenção de diversas áreas do conhecimento humano ligadas às ciências da sociedade tais como a sociologia, antropologia, história, economia, geografia e urbanismo. É também, tema de interesse de políticos, administradores, pessoas que detêm capital direcionado para setores industrial, comercial e imobiliário e, da população em geral interessada na organização da cidade. Santos salienta que:

O espaço urbano - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (1992 p. 16).

Considerando o exposto, foram trabalhadas questões de ordem, econômicas, políticas e administrativas relacionadas com a expansão urbana e a cartografia da Cidade de Campina Grande. Sendo nosso objeto de estudo, o espaço urbano e, o

objetivo, identificar o papel das políticas públicas na expansão desse espaço. Procurou-se considerar que todas as políticas públicas são responsáveis por essas alterações espaciais. Desse modo, não é possível isolar desse estudo, políticas públicas como: saúde, educação, cultura, transporte, inserção social e profissional e políticas específicas por demanda. Todas essas políticas são articuladas no decorrer do trabalho, mas, procuramos enfatizar as diretamente ligadas à expansão territorial, de natureza econômica dos elementos urbanos.

São objetivos da pesquisa: Analisar a expansão urbana de Campina Grande em diversos momentos da sua história; Identificar projetos e decisões econômicas e político-administrativas que determinaram a expansão urbana de Campina Grande e Realizar um mapeamento temporal da cidade de Campina Grande-PB a partir da sua fundação.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos, nos quais foram abordados temas específicos que podem ser lidos e entendidos de forma individual, que se complementam para trazer luz ao entendimento do crescimento urbano de Campina Grande e as políticas públicas que influenciaram nesse crescimento. Apresento a seguir os principais temas abordados em cada um desses capítulos.

O primeiro capítulo, **Caracterização Geral da Cidade de Campina Grande**, consta informações gerais sobre Campina Grande, que de maneira direta ou indireta contribuíram para o seu crescimento urbano. O capítulo foi dividido em cinco tópicos, da seguinte forma:

O primeiro tópico, *situação e localização*, é de fundamental importância devido ter sido creditado a sua posição geográfica, o seu desenvolvimento.

O segundo tópico, *geologia/geomorfologia e clima*, indicam características de uma região, que moldaram a cidade lhes dando especificidades que interferiram na imigração.

O terceiro tópico, *espaço urbano*, aborda a organização das cidades e a estruturas de espaços urbanos e, caracteriza a estrutura espacial urbana da Cidade de Campina Grande, mostrando números e distribuição dos elementos que compõem sua estrutura.

O quarto tópico, *evolução histórica de Campina Grande*, apresenta um pequeno histórico da Cidade de Campina Grande indicando relatos dos elementos acrescentados ao espaço urbano da cidade, desde a sua origem. Trata-se de uma coletânea de informações que comprovam o rápido desenvolvimento da jovem cidade, indicando períodos distintos onde houve ações de desenvolvimento mais consistentes e, indicam relatos que subsidiam a reconstituição de mapas, que é um dos objetivos desse trabalho. Também, apresenta dados que comprovam a condição de Campina Grande como liderança regional no interior do Nordeste do Brasil.

A narração é feita visando apresentar a história econômica da cidade, indicado que elementos novos foram acrescentados no espaço urbano, se abstendo de decisões administrativas e políticas públicas envolvidas no crescimento de Campina Grande, tema de grande relevância para este trabalho e que será abordado de modo detalhado no capítulo segundo.

O quinto tópico, *a cartografia da cidade*, apresenta inicialmente a evolução do produto cartográfica e, faz uma análise distintiva dos termos (carta e mapa), mostrando que são termos diferentes, embora ainda sejam confundidos em diversas atividades que deles se utilizam.

A cartografia, para este trabalho, é uma ferramenta ilustrativa para visualizar e fazer comparações temporais do espaço urbano de Campina Grande e sua expansão. É um trabalho de reconstituição cartográfica, em alguns casos, a reprodução de cartas existentes. Um conjunto de cartas que mostram os elementos acrescidos a cada período estudado.

O segundo capítulo, **Material e Método**, mostra o material utilizado para a pesquisa e procedimentos utilizados e, está dividido em duas partes.

O primeiro tópico, *evolução histórica de Campina Grande*, mostra como foram identificadas as políticas públicas relacionadas à expansão urbana da cidade.

O segundo tópico, *composição cartográfica*, detalha fontes procedimentos e reconstrução cartográfica nos períodos indicados na pesquisa.

O terceiro capítulo, **Políticas Públicas relacionadas ao crescimento urbano da Cidade de Campina Grande - PB**, identifica as políticas públicas relacionadas à expansão urbana da cidade. Para melhorar o entendimento, deste capítulo foi dividido em seis partes, apresentando distintamente as fases significativas relacionadas a expansão urbana que no final de cada uma dessas fases foi gerado um mapa mostrando a área acrescida em relação a fase anterior.

Como primeiro tópico, *da fundação à chegada do trem (1697 a 1907)*, período que vai desde sua origem até a inauguração da ferrovia, duzentos e trinta anos em que Campina Grande evoluiu, mais por sua posição geográfica, do que interferências de políticas públicas.

No segundo tópico, *da chegada do trem à chegada do automóvel (1907 a 1930)*, destaca a extensão da malha ferroviária da cidade do Recife até Campina Grande. A decisão do governo federal em incluir a cidade na política de transporte ferroviário foi em solicitação da companhia exploradora, que viu potencial na cidade,



acreditando em uma operação não deficitária, como era o caso do restante do estado.

A rede ferroviária proporciona a Campina Grande o maior desenvolvimento comercial de sua história.

O terceiro tópico, *da chegada automóvel ao final da guerra (1930 a 1945)* é curto período em que Campina Grande passa por uma grande reforma urbana, resultado de ações de políticas públicas que tiveram apoio de grande parte da população e que resultou no surgimento dos primeiros bairros da cidade. Trata-se do Projeto Art Décor, implantado pelo prefeito Vergniaud Borborema Wanderley modificando a área central da cidade em uma polêmica reforma urbana nos modelos europeus.

O quarto tópico, *do final da guerra ao golpe militar (1945 a 1964)*, identifica um período onde a prosperidade de Campina Grande aponta para uma nova vocação da cidade. Seguindo a tendência de industrialização do país projetada por Getúlio Vargas, as lideranças locais estruturam um projeto de industrialização para Campina Grande. Essa ação é frustrada por consequência do projeto do governo militar.

O quinto tópico, *conseqüências do governo militar (1964 a 1980)*, mostra as ações do governo militar e suas conseqüências para Campina Grande, período de maior dificuldade econômica de sua história. As ações do governo federal “poda” toda perspectiva de desenvolvimento industrial para Campina Grande.

O sexto e último tópico, *a redemocratização (1980 a 2005)*, como o título do tópico, trata do período de redemocratização no Brasil e, suas conseqüências para Campina Grande. É um período em que as cidades se ajustaram ao sistema centralizador da política nacional, mostra os ajustes das políticas públicas (mais

ausência) e as conseqüências no quadro urbano de Campina Grande, destacando a precoce verticalização.

Por fim, um **Anexo** composto de um conjunto de cartas onde estão incluídas as cartas ilustrativas mostradas no final de cada período (nesse caso, as cartas são limpas, sem as convenções de acréscimos) e outras cartas de datas significativas. O propósito desse anexo é manter um arquivo de cartas da cidade de Campina Grande, como fonte de pesquisa.

Além da bibliografia indicada como referência, foram pesquisados os seguintes órgãos: Secretaria de Planejamento de Campina Grande (SEPLAN), Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP), Associação Comercial de Campina Grande, Caixa Econômica Federal, Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), Companhia Energética da Borborema (CELB), Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), INFRAERO,

# **CAPÍTULO I**

## **CARACTERIZAÇÃO GERAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB**

### **1.1 - Situação e Localização**

A Cidade de Campina Grande está situada na Microrregião Homogênea do Agreste da Borborema, que faz parte da Mesorregião do Agreste Paraibano. Está distante 120Km da Cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, na Região Nordeste do Brasil. Toda à parte leste do estado paraibano faz parte do litoral do Atlântico Sul. (ver carta de situação, nº 1)

Está localizada entre as latitudes 07° 13' 11"S e 07° 28' 20" e, longitudes 35° 52' 30" W e 36° 28' 20" W

#### **1.2.1 - Geologia/geomorfologia**

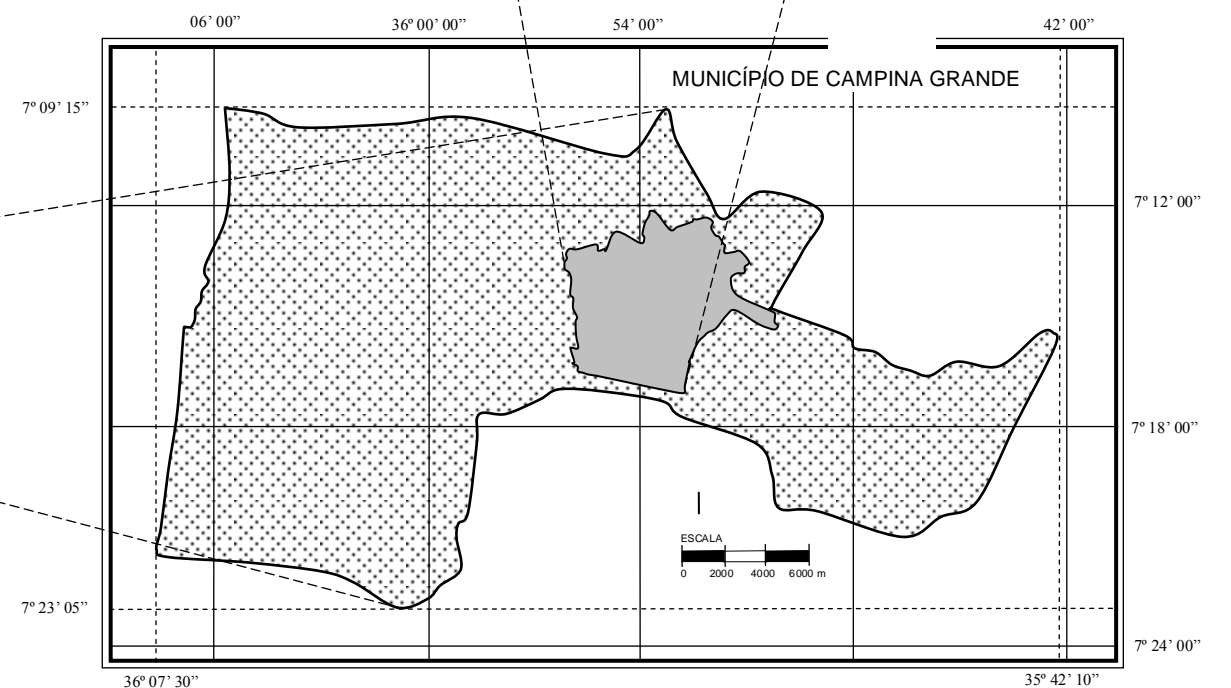
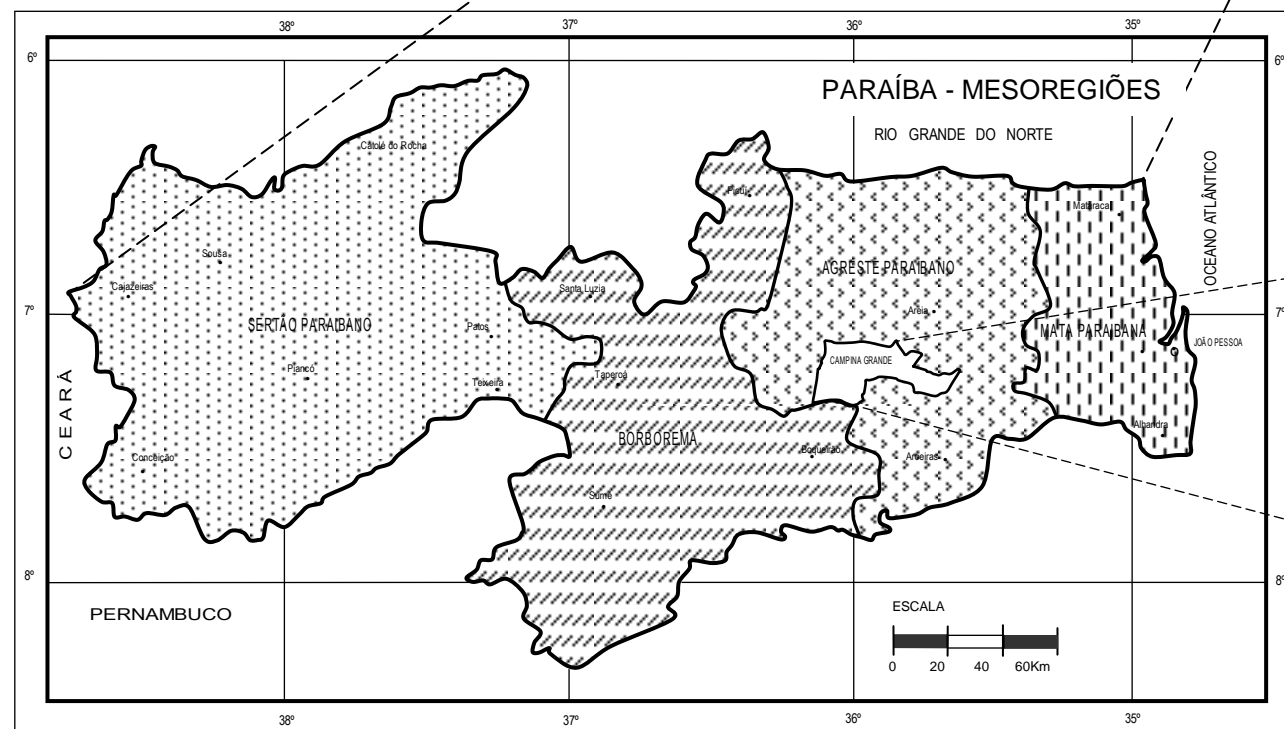
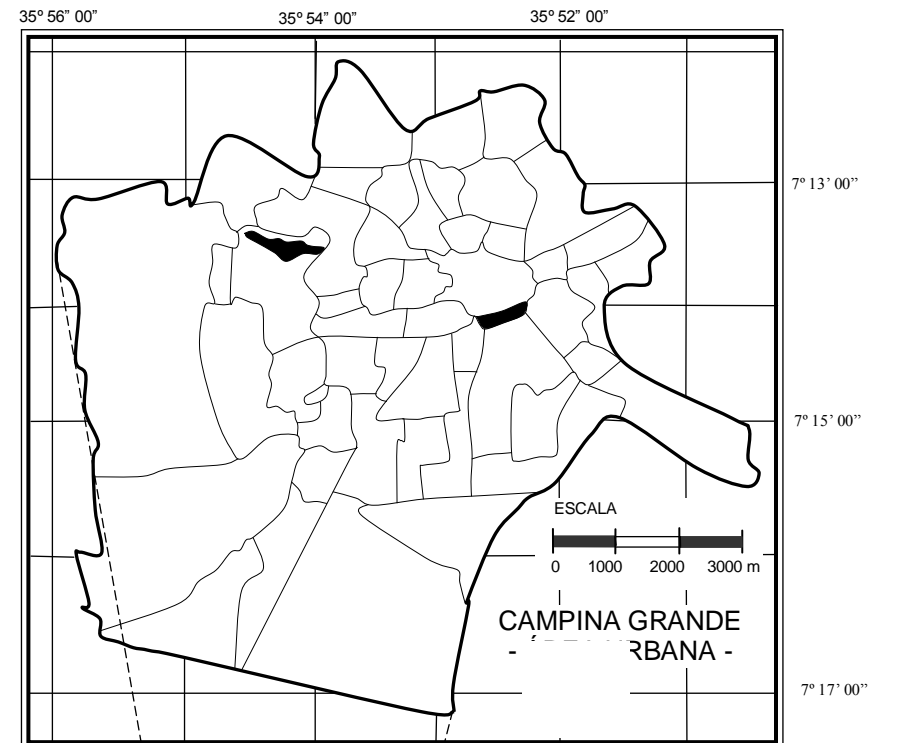
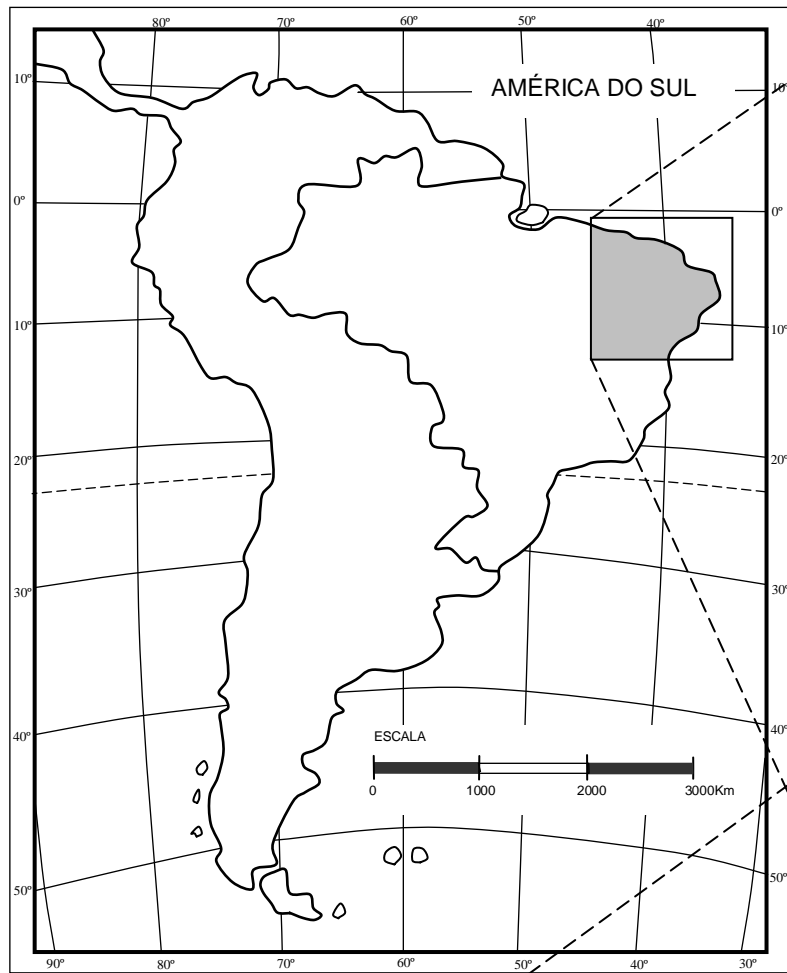
Os diferentes aspectos e a estrutura do globo terrestre submetidos a diferentes forças que agem sobre as rochas, modificam a composição química original e as formas de relevo. A origem, estrutura e natureza das rochas, o clima da região e as diferentes forças endógenas e exógenas, são fatores construtores e destruidores do relevo terrestre. Ou seja, as formas de relevo e suas transformações são elaboradas pelas forças geológicas. (POPP, 1988) Vejamos como se apresentam a geologia e geomorfologia de Campina Grande.

O município de Campina Grande está encravado na Província da Borborema, faz parte de um cinturão orogênico meso/neoproterozoico que se estende desde o estado de Sergipe até oeste do estado do Piauí. Faz parte do substrato paraibano, onde predominam rochas pré-cambrianas, ocupando mais de 80% do território da Paraíba, sendo complementado por bacias sedimentares, rochas vulcânicas,

01

# CARTA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE - PB

Desenho: Francisco Evangelista Porto



cobertura de plataformas paleógenas/neógenas e formações superficiais do Quaternário, (ALMEIDA,1977).

A Província Geotectônica da Borborema é constituída basicamente de terrenos cristalinos (ígneos e metamórficos), com idades majoritariamente do Arqueano e principalmente Proterozóico, (SANTOS, 2002). Ocupa uma extensão na ordem de 380.000km<sup>2</sup>, sofreu instabilidade até o Pré-Cambriano Superior, mas a partir desta época, assim como em grande parte do que constitui o território brasileiro de hoje, tem-se comportado como uma grande zona relativamente estável, só sofrendo processos de acúmulo de sedimentos, com alguns períodos de reativação.

Na Paraíba houve ocorrência de vulcanismo ácido no Mesozóico na região de Itapororoca. Houve também a ocorrência de basalto, 30 milhões de anos passados, como observado ao sul do município de Queimadas e em Boa Vista. Maciços do Pré-Cambriano subdividem a região. Geralmente aparecem como altos do embasamento, (DANTAS & CAÚLA , 1982).

Com relação a geomorfologia, esta grande área cristalina na Paraíba engloba o Planalto da Borborema e área de depressão (Depressão Sertaneja e Depressão Litorânea). Foram áreas bastante erodidas no Quaternário, erosões relacionadas principalmente as Oscilações Climáticas do Pleistoceno no Quaternário, (JATOBÁ & LINS, 2001).

Localizada em um dos contrafortes do Planalto da Borborema, Campina Grande está em uma altitude média de 550m, topografia irregular, inclinações modestas de formas convexas com ocorrências de planos de Campinas. As maiores elevações são encontradas no setor oeste, saída para o Brejo, com 670m e a mais baixa no setor este, saída para o litoral com 400m.

### 1.2.2 – Climatologia

A conceituação do termo climatologia é de certa forma difícil e merece algumas considerações. Associa-se normalmente a idéia de climatologia aos estudos das condições meteorológicas invariáveis que caracterizam uma região ou localidade. Na verdade a climatologia deve ser explicada como estudo de sistema dinâmico que muda constantemente, pois cada parcela de ar tende sempre a se ajustar às condições de sua vizinhança. A atmosfera está sujeita a dois tipos de ciclos regulares em função da incidência solar, que são ciclos diários de 24 horas e ciclo anual de 12 meses. Mas devido a perturbações de natureza irregular, as condições climatológicas de cada ano, década, século ou milênio sejam pouco sejam um pouco diferentes em períodos semelhantes anteriores. Portanto, para a caracterização de um clima recomendam-se pelo menos três décadas.

O clima varia basicamente em função das variações, dos seus elementos, tais como: *Temperatura, pressão Atmosférica, Umidade do Ar, Vento e Precipitação*. A inter-relação desses elementos em quantidade, intensidade e distribuição sazonal, é que vai determinar à dinâmica da atmosfera. (PORTO, 2000) Vejamos como essa composição se comporta para Campina Grande.

Campina Grande apresenta condições climáticas de área subt-úmida de transição. A disposição do seu relevo no sentido SE – NW recebe influência, a barlavento, de ventos alísios de leste, de nordeste e de sudeste (predominante). Essa composição relevo/vento proporciona o surgimento de três áreas de umidades distintas. Maior concentração de umidade nos setores noroeste, norte e nordeste da cidade, assemelhando-se a um agreste úmido. Há uma semelhança de agreste típico na porção centro-leste e, nas áreas oeste, sudoeste e sul assemelhando-se ao semi-árido, (SOUSA, 2000). Portanto, Campina Grande possui um clima de caráter

heterogêneo, apresentando grande variabilidade, dependendo da localização considerada. Segundo a classificação de GAUSSEN, o clima predominante nesta região é do tipo Mediterrâneo quente ou nordestino de seca atenuada (3cTh), com chuva escassa (4 a 5 meses) e índice xerotérmico variando de 40 a 100 ou Mediterrâneo quente ou nordestino de seca média (3bTh), com chuva escassa (5 a 7 meses) e índice xerotérmico variando de 100 a 150. Para a classificação de KÖPPEN, está situado na região de transição entre clima semi-árido quente tipo (Bsh) e clima quente e úmido com chuvas de outono/inverno tipo Aw'. De acordo com Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), em Campina Grande a temperatura média gira em torno de 22° C com umidade relativa variando de 75-83% e precipitação média aproximada de 730mm/ano (série de 10 anos). Há registros de mínima 14°C e máxima de 35°C, na última década.

### **1.3 – Espaço Urbano**

Ao longo da sua história, o homem organiza o espaço dimensionado pela sociedade. A organização espacial é um processo de transformação da sociedade congelada ou modificada. O homem organiza o espaço e dele se utiliza. Veja o que afirma Santos, sobre o tema:

O espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e fatores internos. Uma nova estrada, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, imposto etc), levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução “normal” das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna, conduz igualmente a uma nova evolução. A organização do espaço pode ser definida como resultado do equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um momento dado na história do espaço. (1992 p. 19)

O espaço de uma cidade se constitui de diferentes usos da terra num conjunto de diferentes usos em justaposição, definindo locais de concentração de diversas atividades como: residencial, industrial, comercial, serviços, lazer e, entre

outras, as destinadas para futura expansão. Para Corrêa (1993). “Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a *organização espacial* da cidade ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado”. Contudo, o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado havendo relações espaciais entre seus elementos. Vejamos como estão articulados esses elementos urbanos para Campina Grande.

Com uma área urbana de aproximadamente 100km<sup>2</sup>, com uma composição espacial urbana de 52 bairros, 1460 ruas 85 mil construções. Campina Grande está entre as cidades de porte médio do Brasil, sendo elemento de interseção entre as metrópoles e cidade menores na região nordestina, polarizando 51 municípios do compartimento da Borborema. A cidade desenvolve uma modesta produção de bens de consumo (dado justificado no capítulo II), más, destaca-se no setor terciário, tem uma boa produção tecnológica, o turismo vem tendo um bom desenvolvimento, e o mercado imobiliário é responsável por consideráveis modificações nas feições urbanas nos últimos dez anos.

Campina Grande se destaca na região no que se refere à educação superior, a cidade é sede de uma universidade federal, uma estadual e três faculdades privadas. A educação é uma das atividades que teve influência direta na expansão urbana de Campina Grande.

#### **1.4 - A Cartografia da Cidade**

Registros provam que os chineses, egípcios e babilônicos foram os primeiros mapeadores. Oliveira (1988) afirma que o mais antigo mapa é de origem babilônica confeccionado em argila, representando duas cadeias de montanhas, destacando no



centro um rio, que provavelmente seja o Eufrates. Há quem afirme que essa raridade tenha aproximadamente 3800 anos.

A Cartografia teve seu grande impulso com a obra dos gregos, Tiro e Cláudio Ptolomeu nos dois primeiros séculos da Era Cristã, respectivamente. Outro avanço aconteceria somente quatorze séculos depois com a projeção de Mercador, (OLIVEIRA, 1988).

Pouco foi feito na Idade Média a respeito da cartografia, período marcado por grande regressão da ciência, em prol da religião. A Cartografia Moderna desponta a partir das viagens mediterrâneas e da navegação oceânica no século XVI, e com o surgimento da Escola de Sagres, onde Portugal formava pilotos para o mundo. Más, é somente no século XVII que se iniciam os grandes levantamentos feitos pelos franceses, ingleses e alemães. Vale ressaltar, que no século XVIII são utilizados nos levantamentos, a bússola portátil e o teodolito. (DUARTE, 1988)

A antiga Cartografia que produzia mapas com excelente apresentação artística, mas com informações não muito precisas, evoluiu em quantidade e qualidade de informações. A construção de mapas em diversas escalas, as técnicas modernas de fotogrametria, o sensoriamento remoto e a informática, dão a Cartografia possibilidade de um produto final de qualidades técnicas e versatilidade incomparáveis. Os mapas em CD ROM propiciam, tanto a consulta rápida, como a interação com as informações e são excelentes bases para cartogramas e geoprocessamento.

O desenvolvimento da eletrônica, associado às técnicas de Aerofotogrametria, tem produzido mapas de toda a esfera terrestre, com alta precisão, para todos os fins. As prefeituras das grandes cidades já contam com esse moderno auxílio cartográfico.

Os mapas são classificados quanto à temática, dividida em séries referentes ao tema abordado e, quanto a escala, que são divididas em escala grande, média e pequena, (PORTO, 2004).

O primeiro produto da cartografia é o mapa, a mais antiga forma de comunicação gráfica da humanidade. A arte de desenhar mapas é mais antiga do que a arte de escrever (RAISZ, 1964). Essa forma de comunicação o mapa, tem auxiliado diversas áreas do conhecimento das ciências da sociedade ao longo da sua história, tais como: Antropologia, Sociologia, História e Geografia. Em se tratando de espaço urbano, é um perfeito instrumento de amostragem visualizando os elementos urbanos e possibilitando comparações temporais.

O conceito de mapa, como produto da cartografia, vem se modificando nos últimos tempos. O mapa já não é mais um produto exclusivo da cartografia. Seria a carta o produto da cartografia? Então, como se referir a esse produto? MAPA ou CARTA? Pode-se adiantar que o mapa seria uma generalização e, a carta uma especificidade da cartografia.

O mapa é um termo de origem cartaginesa, para indicar (toalha de mesa) espaço onde os navegantes se utilizavam pra discutir e rabiscar caminhos e indicar localidades, isso feito diretamente sobre a toalha, dando origem a um documento gráfico. A palavra carta é de origem egípcia e significa papel, termo que vem diretamente do papiro. Tanto na toalha de mesa como no papel, são materiais nos quais a arte da comunicação gráfica se manifesta.

A partir da segunda metade do século XX o termo *mapear* passa a ser utilizado por diversas outras áreas do conhecimento, além da cartografia, e o termo mapa já não tinha o mesmo significado que a carta.

Afirma Winterbotham, (1948) as unidades do relevo emersas eram representadas como mapas e, para as unidades submersas a representação de cartas. O Cartógrafo norte-americano, Erwin Josephus Raisz, segue essa linha, em seu livro *General Cartography* publicado em 1948, nomeia como cartas as de representação de navegação marítima, aérea e de hidrografia em geral. Pensamento que é de certa forma ratificado por Oliveira, (1983) quando afirma que para os franceses, tudo é cartografia e, o produto é a Carta (Chart). Para os ingleses, tudo é mapeamento e, o produto é o Mapa (Map). A influência da geografia francesa e inglesa no Brasil associados aos vocábulos em Português, mapa e carta, com significados coincidentes fazem com que esses termos tenham interpretações distintas. Para mapa é associada qualquer forma de representação da superfície terrestre, em pequena escala e, a carta está associada à forma de representação da superfície terrestre, em grande escala e com riqueza de detalhes.

A aplicação diversificada do termo *mapa* em áreas não convencionais para a cartografia (superfície terrestre) faz com que os termos cartografar e mapear passem a ter significados cada vez mais distintos. Mapear é um termo utilizado por diversas atividades para identificar fenômenos, enquanto que cartografar é um tipo de comunicação visual grafada com simbologia própria.

Cartografar é resultado de um mapeamento em um determinado espaço onde se identificam os diversos elementos da área como: árvores, estradas, casas, riachos, etc e, identifica-se às relações entre eles, de ordem, vizinhança, envolvimento e continuidade, além de arranjos de símbolos, signos e índices para compor a leitura dos elementos. Colocadas essas informações no papel, temos uma carta. Uma carta é uma reprodução da superfície terrestre ou de parte dela, devendo ser indicada a razão de redução, ou seja, a escala tem que ser indicada na carta.

Enquanto que mapear é apenas identificar os elementos de um determinado espaço e estabelecer relações entre eles e o espaço onde estão contidos.

A carta é um produto próprio da cartografia. Os produtos cartográficos que eram comumente chamados de mapas vêm sendo ultimamente denominados corretamente de cartas. Vejamos alguns exemplos mais concretos em diversas áreas de atividades: A Carta Internacional do Mundo em escala de 1.000.000 ou simplesmente CIM ao milionésimo. É uma carta com riqueza de detalhes, utilizada para compor o sistema Universal Transversal de Mercator (Sistema UTM), onde cobre o território brasileiro com 46 folhas. Um outro exemplo é a (WAC) Carta Aeronáutica Mundial, com enorme riqueza de detalhes, destinada à navegação aérea em condições visuais. Apesar de terem destinações diferentes, ambas são compostas em padrões cartográficos tradicionais. Um conjunto de excelente qualidade e riqueza de detalhes são as cartas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para o Nordeste do Brasil. É um conjunto de cartas no Sistema UTM em escalas de 1:25.000, 1:50.000, 1:75.000, 1:000.000 e 1:125.000. Estão nessa mesma linha as Cartas Topográficas enriquecidas com curvas de nível que são elementos essenciais para a identificação das feições morfológicas.

Outro termo surgido nas últimas décadas é a Cartografia Temática, termo que classifica a cartografia de diversas áreas específicas, (MARTINELLI, 1991). Nesse grupo estão as Cartas Meteorológicas, que assim se enquadram, por serem compostas com elementos semióticos próprios da linguagem cartográfica. São as cartas que indicam variações dos elementos do clima como: temperatura, vento, pressão atmosférica e precipitação. Também com elementos semióticos são as Cartas de Rota Aéreas (ARC), com símbolos, signos e convenções específicas da

atividade aplicadas sobre uma base cartográfica convencional. Do mesmo modo são as Cartas Marítimas, que Winterbotham, (1948) já classificava com denominação de cartas. Outra atividade que se utiliza da cartografia é o urbanismo, através das Cartas Cadastrais em escalas grandes, com riqueza de detalhes mostrando edificações e os diversos elementos dos sistemas urbanos.

Todos os exemplos citados são produtos da cartografia e que alguns deles eram denominados de mapas, mas, seus construtores já fizeram essa correção.

Diversas atividades utilizam o mapeamento com propriedade correta. Vejamos alguns exemplos: O sistema de sensoriamento remoto é processo de mapeamento por satélite que se dá pela transferência de informação entre o objeto alvo e um sensor, através da energia eletromagnética. Seu produto é uma imagem, que pode ser digital ou em papel. Não são considerados mapas, e sim, *imagens*, (NOVO, 1992).

Para visualização dessas imagens não são utilizadas as técnicas da cartografia, de arranjos entre signos símbolos e convenções, os elementos de análise são: Cor e Tonalidade, que dão respostas espectrais dos objetos; Tamanho e Forma, que distinguem objetos, como estrada e rio, loteamentos urbano e rural; Textura e Padrão, que visualizam bem as culturas agrícolas; Localização, que diferencia os objetos pela sua distribuição espacial. A Associação entre os objetos fará a diferença, quando houver dúvidas, não esclarecidas com os outros elementos. Ou seja, não se utiliza da linguagem cartográfica. Diferente das cartas, a escala é contingente.

Na administração de empresas também ocorrem mapeamentos e, o produto desse mapeamento é um mapa, que pode ser do tipo (layout) ou um simples

organograma. Tem uma linguagem própria da atividade, e a escala também é contingente.

O mapeamento na estatística também é muito freqüente. Seu produto é um mapa, não requer escala e não utiliza elementos da cartografia, sua leitura é complexa e própria da atividade. Os mapas estatísticos geralmente são composições de planilhas de cálculos.

A astronomia também produz mapeamento, seu produto é o mapa. Sua linguagem utiliza elementos semióticos como na cartografia, seu objetivo é identificar os elementos no espaço intergaláctico e as relações entre eles, apresenta escala e, só não se enquadra como carta porque o espaço mapeado não é a superfície terrestre.

Há uma expectativa de saber longevidade, futuro e previsão de acontecimentos. Respostas difíceis cientificamente. Más, algumas pessoas recorrem a um tipo de mapeamento, que, segundo elas, a posição dos astros indica essas respostas. Trata-se do Mapa Astral, resultado de uma leitura da posição dos astros em determinado momento, associando a acontecimento na vida das pessoas. Sua leitura é própria da atividade e se constitui em uma série de “adivinhações”.

A lingüística também trata de uma linguagem visual, chamada equivocadamente, de cartografia da semiótica. Embora Santaella, (2005) assegure que a semiótica de PIERCE é um arranjo de signos, símbolo, índices e imagens. No entanto, do ponto de vista geográfico o produto de uma linguagem visual não pode ser uma carta, pois, em uma carta obrigatoriamente tem que ter a escala. Não é o caso desse produto.

Outra área que utiliza do processo de mapeamento é a Engenharia Genética. Os mapas genéticos são de fundamental importância para o desenvolvimento da

moderna biotecnologia para determinar as posições e as distâncias relativas entre os genes localizados em um mesmo cromossomo. O mapeamento genético tem contribuído significativamente para a elevação do padrão de vida dos seres humanos, impulsionando setores como a agricultura, medicina, pecuária e ecologia.

Enfim, qualquer atividade pode fazer mapeamentos, mas, nem sempre o produto desse mapeamento é um mapa, em muitos casos o produto pode ser um relatório. Podemos concluir que todo mapa é resultado de um mapeamento, mas, nem todo mapeamento resulta em uma carta.

O acervo histórico cartográfico da Cidade de Campina Grande é restrito, limitando-se a poucos mapas impressos em cópias heliográficas. A Secretaria de Planejamento (CEPLAN) dispõe de uma carta digital da cidade atualizado em 2002 com marcações da evolução urbana. Ocorre que essa carta é uma construção atual, que serviu apenas para ilustrar o último período dessa pesquisa.

Para os demais períodos foi necessária uma reconstituição, isso porque a carta digitalizado não contém as modificações do núcleo da cidade, visto que, houve diversas modificações no núcleo central.

## **1.5 – Evolução histórica de Campina Grande**

Estudar a evolução urbana de uma cidade não é tarefa fácil, principalmente quando essa cidade se trata de Campina Grande, considerada a maior cidade do interior da Região Nordeste do Brasil. Para tanto, seguimos o que recomenda Souza, (2003 p.41)

Os fenômenos sociais são “densos de história” e só são compreensíveis à luz da história; além disso, como se transformam, em grande parte, muito rapidamente, a perspectiva histórica atenta é essencial para que se verifique se, o falar de um determinado fenômeno décadas ou séculos depois, está sendo falado, ainda, são bem distintas, tamanha a modificação que se operou no tempo.

O texto do autor citado sugere as seguintes indagações: quando e como surgiu a cidade de Campina Grande? É o que faremos em seguida, acrescentado um outro ponto, como evoluiu?

Na segunda metade do século XVII, a sociedade paraibana era baseada numa pequena aristocracia de proprietários de terras e engenhos. A necessidade de abastecer os engenhos de carne e animais de tração, provocou um grande interesse pelas atividades criatórias. Porém, essas atividades não podiam se expandir em meio aos canaviais, assim, tiveram que buscar outras terras, que lhes foram oferecidas no interior do estado, mais precisamente no semi-árido.

A penetração foi feita de maneira lenta, inicialmente instalando-se na região de Pilar e na área de Boqueirão. Seu povoamento foi feito pelo pernambucano Antônio Oliveira, que teve a continuação de Teodósio de Oliveira Ledo.

Por volta de 1687, Teodósio de Oliveira Ledo, de posse de uma leva de índios aprisionados no Sertão, resolve não leva-los para a capital da província, deixando-os aldeados em uma grande campina no topo da Serra da Borborema, lugar este denominado de Sítio Barrocas que devido sua posição geográfica privilegiada, evoluiu passando a categoria de freguesia em 1769. Na condição de ponto de entroncamento de diversas localidades da província, a freguesia cresce e é elevada a categoria de vila, em 1790, com o nome de Vila Nova da Rainha. (CÂMARA, 1998)

No pequeno lugarejo, que produzia para o seu sustento, logo se organiza uma feira, deixa de ser apenas local de pousada para os viajantes e passa a ser local de comércio para tropeiros. A farinha de mandioca destacou-se como produto comercializado nessa feira, que era abastecida pelas casas de farinha surgidas em torno do lugarejo. Sua posição geográfica entre as regiões de pastoreio Sertão e Cariri e, as regiões agrícolas do Brejo e Zona da Mata, fazem com que a farinha seja



o primeiro produto da indústria e comércio de Campina Grande, sobressaindo sobre as demais localidades da região por não ter concorrentes em destaque. A feira instalou-se na rua das Barrocas, marco do início da urbanização de Campina Grande. Veja o que destaca Câmara, (1999 p. 27-28) à respeito da farinha.

Foi com ela que se iniciou a primeira indústria campinense. Os “engenhos de farinha de pau” ou as chamadas “casas de farinha” levaram o lavrador a fazer da povoação de Campina Grande um ponto de convergência de tropeiros e boiadeiro dos sertões.

Graças à procura da farinha fabricada nos sítios campinenses, nasceu o comércio deste artigo, do qual os habitantes do povoado tomaram partido. O produto, tendo saída livre para o interior, não tinha concorrentes de importância, apesar de se ter intensificado, pouco depois, o seu fabrico nas proximidades de Bruxaxá.

A importante posição geográfica de Campina Grande foi determinante para o surgimento de uma nova atividade econômica, a movimentação da feira da rua das Barrocas intensifica o trânsito de animais que, a princípio, era apenas um meio rudimentar de transporte, passa a ser a própria mercadoria que originou a feira de gado do Marinho, atividade essa, que logo se transformou em uma das importantes atividades agropecuárias da cidade, o que Câmara (1999, p.28), chama de “civilização do couro”.

Para o autor acima citado, a posição de convergência da localidade favoreceu ao rápido desenvolvimento do centro de comércio. Essa centralidade possibilitou uma melhor relação custo/distância, o comércio local oferecia apoio necessário ao precário tipo de transporte, como gêneros de primeira necessidade, e sendo o Sertão paraibano praticamente isolado, a localidade passa a ser seu abastecedor de alimentos, sem concorrentes.

Campina Grande mantinha em seu território uma agricultura voltada a produção de alimentos em consonância com a pecuária criatória, apontando a “vocação” comercial da cidade. Ao ser elevada à categoria de cidade, em 11 de outubro de 1864, SILVA, (2000) afirma que Campina Grande não preenchia

requisitos e funções inerentes de uma cidade. Essa condição só vinha ser modificada em 1907 quando da chegada da ferrovia. Afirma Mello, (1995) que nenhuma cidade paraibana se beneficiou tanto com o transporte ferroviário quanto Campina Grande, a cidade foi convertida no mais importante centro urbano do interior do nordeste, com uma composição de progresso com o algodão, comercio e ferrovia.

O transporte ferroviário, uma invenção européia do ano de 1824, chega ao Brasil em 1854 e, em 1858 já fazia ligação com o Recife (ANDRADE , 1986 p.146-148). Campina Grande já tinha grande aproximação comercial com o Recife e, a expansão do sistema ferroviário do Recife até Campina Grande representava uma sangria tributária capturada pelo porto pernambucano, um grande dilema para a Paraíba, que não expandiu a ferrovia da capital para o interior do estado.

Com a chegada do trem a Campina Grande, intensificou-se o movimento de tropeiros com o transporte de mercadorias para o cariri e sertão. Esse movimento ampliou-se até 1940, com a chegada do transporte rodoviário através de caminhões (ARANHA,1993). Com a ferrovia e o comercio de algodão, um novo conjunto de elementos são inseridos no espaço urbano de Campina Grande, como hotéis, clubes, escolas, fábricas, armazéns, transportes urbanos, bancos e luz elétrica.

O período era tão próspero, que entre os anos 30 e 45, Campina Grande passa por um grande reforma urbana. A ligação com o Recife não só comercio de mercadorias, a capital pernambucana era a porta de entrada para a modernização e dos novos costumes europeus. Uma influência de um novo modelo urbanístico, trouxe a Campina Grande a influencia Art Décor, um projeto de modernização foi encomendado ao urbanista Nestor de Figueiredo. Campina Grande estava em igualdade de modernidade urbana com as principais capitais do país. Em 1939 foi

implantado o sistema de abastecimento de água e esgoto, que atendia a parte urbana central, não atendendo a periferia, solução só vinda em 1958 com o abastecimento proveniente do açude de Boqueirão.

A ligação como o Recife, através da ferrovia, representou um aumento intenso no sistema de fluxo servindo de atrativo populacional, aumentando o número de habitantes de maneira não vista em outro momento, a população quadruplicou em treze anos após a implantação da ferrovia. O crescimento da cidade continuou acelerado até os anos 60 e, colocou Campina Grande em destaque na economia do estado, (CÂMARA, 1998).

A partir dos anos 30 (séc XX), Campina Grande passa a se destacar como maior centro comercial da Paraíba, influência ampliada para o Nordeste. Sua posição geográfica e a produção e comércio de algodão consolida Campina Grande como pólo comercial regional, (SÁ, 1986).

Campina Grande acompanhou a modernidade, com o advento da indústria automobilística, a cidade mais uma vez ganha com sua posição geográfica, um eixo de duas importantes rodovias (BR-230 e BR-104) responsáveis por grandes transformações espaciais para atender a uma formação de zonas industriais na área de beneficiamento de matérias primas como, alimentos, têxteis e curtumes. Neste setor, destacavam-se duas grandes multinacionais, SANBRA e Anderson Clayton, (SÁ, 2000).

No período de 1940 a 1960, Campina Grande tem o maior crescimento populacional proporcional, esse mesmo período foi marcado pelo auge industrial da sua história.

O rápido crescimento de Campina Grande passa a atrair novos investimentos e imigrantes de diversas regiões da Paraíba e de estados vizinhos com ligações

comerciais. A cidade responde bem aos imigrantes, o que aumenta sua prosperidade. Segundo Cavalcanti, (2000) Campina Grande assume como praça algodoeira grande influencia regional, além do Cariri e Sertão Paraibano, atinge estados Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

Lima, (2004) em sua tese de doutorado, enumera uma serie de elementos novos inserido no espaço urbano campinense, entre as décadas de 20 e 50. Entre eles podemos destacar: agencia do Banco do Brasil na década de 20, Fundação do Banco do Comercio, além de inúmeras empresas de compra, beneficiamento e exportação de algodão. Em 1937 são instalados os primeiros serviços de água e esgotos, com a construção da barragem de Vaca Brava, e já no final da década de 30, Campina Grande já atendia a região com comercio atacadista de couro, tecidos, louça, ferragens, miudezas e saneamento. Surgem, ainda, fábricas de tecido, mosaico, arame, estopa, móveis, calçados e laticínios.

Em 1942 foi inaugurado o novo quartel e instalado 22º Batalhão de Cavalaria e, no mesmo ano foi instalada pelo Ministério da Agricultura, a sede da Divisão do Fomento Mineral (Distrito do Nordeste), que montou o laboratório de produção mineral para análise de minérios. Em 1947, Já com o aeroporto construído em 1942, a cidade operava com quatro companhias aéreas. Dois anos após são instalados na cidade dois grandes depósitos da Standard Oil Company para abastecimento de todo interior do nordeste e, no mesmo ano é criada a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, com sede em Campina Grande, única cidade não capital a sediar esse órgão.

Campina Grande entra na década de 50 com crescimento industrial em ascensão superando a capital em número de indústrias, empregados e arrecadação, chegando em 1954 a contribuir com 1/3 da arrecadação do estado.

Em 1962, Campina Grande era a cidade do interior mais promissora da região. Já contava com 16 bancos, sendo nove deles com matrizes na cidade, e setor industrial, contabilizava mais de 220 estabelecimentos industriais.

No período 1964 – 1984, assegura Lima (2004), que a cidade de Campina Grande só havia passado por modificações consideráveis durante a administração do governo municipal do prefeito Vergniaud Borborema Wanderley, na década de 30, quando o centro da cidade foi totalmente modificado, recebendo uma arquitetura no modelo Art de. Daí, até então, não houve nenhum projeto que contemplasse a estrutura urbana da cidade, sendo seu crescimento sem nenhuma ordenação técnica.

Para Campina Grande, havia projetos de expansão industrial, tendência mais natural mostrada pelas autoridades que desenhavam os rumos da cidade, antes do período revolucionário. Com as decisões concentradoras e estratégicas do governo militar, Campina Grande fica fora de qualquer investimento de desenvolvimento econômico, causando enorme prejuízo à cidade.

Em razão da tendência vocacional da cidade para a área de educação, o governo militar vê em Campina Grande - mesmo não sendo cidade capital do estado, alvo de investimentos - oportunidade de desenvolver projetos na área de educação especializada e em nível superior, em atendimento ao seu projeto para o Nordeste brasileiro. Tais investimentos são direcionados para a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) e para ampliação da Universidade Federal da Paraíba, mudando a sua estrutura para o sistema de CAMPUS e, implanta o Campus II no bairro de Bodocongó, onde já existiam as Escolas Técnicas de Nível Superior. Essa expansão do campus universitário contribuiu para modificação da estrutura urbana no setor. O que era uma área apenas de

escoamento de tráfego para o sertão paraibano, ganha novas feições urbanas de malha viária e edificações.

Mais significativa, para Campina Grande, foi a ação do Governo Federal direcionada para a estrutura urbana. Embora a cidade já tivesse grandes projetos nessa área, elaborados pela equipe do prefeito Luiz Motta, nenhum financiamento foi disponibilizado para esse fim. Somente a partir de estratégias traçadas no sentido de deter a migração rural das pequenas para as maiores cidades é que o governo entende que Campina Grande consistia em grande barreira para essa ação, investimentos na construção civil fariam gerar um bom número de empregos e conseqüentemente a permanência na cidade.

Em 1978 e 1979, Campina Grande é contemplada com dois projetos, Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e Programa Nacional para Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM), respectivamente. Esses dois projetos foram responsáveis pela maior modificação na estrutura espacial urbana da cidade, até então.

O CURA teve suas obras configuradas da seguinte maneira: “O cruzamento dos eixos das coordenadas geográficas para a área urbana é o ponto de partida para a localização da área CURA dentro da cidade. Orientando-se no sentido Oeste, ao longo da Avenida Marechal Floriano Peixoto. Segue no rumo do Sul, paralelamente ao Rio Bodocongó e, novamente para o centro, através da Rua Almirante Barroso. Partindo novamente do centro, após ligar o Açude Novo com o Açude Velho, desce no sentido Sul, ao lado da Rua 24 de Maio, até as imediações do Clube Médico Campestre. Deste ponto retorna ao centro, através da Avenida Severino Cabral, prolongando-se, neste setor da cidade, um pouco para Leste até o Estádio Municipal, o qual é ligado ao Açude Velho através da Rua Severino Cruz”.

Quanto ao PNCCPM, contemplava, entre outros programas, transportes, equipamentos comunitários e o cadastro técnico–municipal.

Outras obras que tiveram forte influência na estrutura espacial urbana de Campina Grande, foi a construção de conjuntos residenciais populares – a pesquisar programas e gerenciamento – direcionando a expansão urbana no setor oeste, trata-se dos conjuntos Severino Cabral, Presidente Médice e Álvaro Gaudêncio, um total de quatro mil unidades. A construção data de 1974 a 1981.

Nos anos seguintes, com a redemocratização do país, Campina Grande inicia um período de “sobrevivência” sem muitas modificações em seu desenvolvimento. Surge uma tentativa de desenvolvimento no setor de turismo, com a criação de eventos como: São João, Micarande e Encontro Para Nova Consciência, entre outros.

# CAPÍTULO II

## MATERIAL E MÉTODO

O crescimento de uma cidade está diretamente ligado a suas potencialidades. O processo de fazer e refazer a cidade depende de agentes econômicos, principalmente os detentores dos meios de produção. Assegura Koga, (2003) que é necessário conhecer a “vocação econômica” do lugar para se definir um negócio ou qualquer atividade econômica. Portanto uma cidade cresce mais ou menos, dependendo do seu potencial. As políticas econ micas são importantes para definir áreas prioritárias para execu o de programas, projetos e, a o es e diretrizes das áreas de interven es. Desse modo, a a o das políticas públicas pode retardar ou acelerar o crescimento de uma cidade.

Mas, o que são políticas públicas? O Estado atua na sociedade através de um conjunto de elementos que funciona como princípio orientador de regulamentos, leis e programas para solucionar problemas públicos.

As *fun es do governo* em garantir direitos e deveres; as *políticas*, que são um conjunto de inten es que dirigem a a o em busca das fun es; as *agências*, unidades governamentais responsáveis pela formula o e implementa o das políticas; as *leis*, atos específicos aprovados pela legisla o; *regulamentos*, regras ou ordens expedidas por agências administrativas; *decisões*, escolhas específicas feitas por funcionários para formular e implantar políticas; *programas*, atividades específicas das agências. Esse   um conjunto de elementos governamental que compõem as políticas públicas. Portanto, todas as a es governamentais dirigidas coletivamente para o bem da sociedade são políticas públicas. Através da



arrecadação de impostos, o Estado financia as políticas públicas que resultam na produção e distribuição de bens e serviços coletivos como, educação, segurança, saúde, transporte, etc.

É proposta deste capítulo, identificar quais as políticas públicas (destacando as voltadas para o desenvolvimento) que estão relacionadas ao crescimento urbano da Cidade de Campina Grande. Para facilitar a compreensão e ao mesmo tempo, comparar os números relativos ao crescimento.

A primeira ação deste capítulo seria a definição do termo cidade. Porém, a cidade é um objeto de tamanha complexidade que é difícil definir. Podemos adiantar que a cidade é uma área rural transformada em um local de mercado. Veja o que diz Corrêa, (2003 p.25), a respeito do tema:

Apesar de nem todo “local de mercado” ser uma cidade (basta pensar, como ele surge, em mercados periódicos tendo lugar em aldeias, isto é, assentamentos não urbanos), toda cidade é um local de mercado, onde se dá intercambio regular de mercadorias.

A origem da Cidade de Campina Grande identifica-se com esse conceito. A permanência de Teodósio de Oliveira Ledo, resolvendo adeá-los uma leva de índios capturados no Sertão Paraibano em razão das condições físicas do local propicias para o pastoreio de gado, uma área plana (geomorfologicamente denominada de Campina) é o marco inicial da cidade. Era o ano de 1697 e, no ano seguinte inicia-se a catequização por um frade franciscano, (ALMEIDA, 1979).

## **2.1 – Identificação das Políticas Públicas**

Partindo da evolução histórica da cidade de Campina Grande, foram identificadas as políticas públicas que resultaram na expansão urbana da cidade. Até 1907 não foi encontrada nenhuma política pública significativa que alterasse as

feições urbanas de Campina Grande. A área urbana da cidade não teve nenhum acréscimo considerável, nem com a emancipação em 1864.

Nesse primeiro período, da fundação até 1907, foram levantados alguns dados para comparações com o período seguinte.

Em 1907, com a chegada do trem é que Campina Grande inicia um processo de crescimento urbano. A partir desta data foram identificados seis períodos em que, pelo menos, uma política pública foi considerada como responsável pela expansão urbana.

O primeiro período vai desde 1907 até 1930. O crescimento urbano da cidade se dá em decorrência da decisão do governo federal em incluir a Cidade de Campina Grande na política de expansão do transporte ferroviário.

O segundo período vai desde 1930 até 1945. A Cidade de Campina Grande passa pela mais questionada reforma urbana, resultante de uma Política Pública municipal urbanística. Trata-se do Projeto Art Décor, projeto executado pelo então prefeito Vergniaud Wanderley.

O terceiro período vai desde 1945 até 1964. É o fim da Segunda Guerra Mundial onde o Brasil inicia o processo de industrialização. Inicialmente a Região Nordeste não foi incluída nessa política pública de industrialização, o que só ocorre após a reunião dos Bispos do Nordeste, que foi sediada em Campina Grande.

O quarto período vai desde 1964 até 1980. Fase do governo militar, período em que Campina Grande foi incluída na Política de Qualificação de Mão-de-Obra do Ministério da Educação e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

O quinto período vai desde 1980 até 2005. É o chamado período de redemocratização, fase em que nenhuma política pública de desenvolvimento foi

identificada (ao menos para Campina Grande). Ao contrário, a ausência de políticas públicas foi um entrave para a expansão urbana da cidade.

Após a identificação das políticas públicas, o passo seguinte foi iniciar a pesquisa nos órgãos envolvidos para o reconhecimento e os detalhes para implantação.

## **2.2 – Composição Cartográfica**

Neste trabalho, mapeamos a cidade Campina Grande identificando as políticas públicas que contribuíram para crescimento da cidade. Esse mapeamento identifica as políticas públicas, relatando-as temporalmente e relacionando-as à expansão espacial. Também foi gerada uma cartografia temporal como forma de ilustrativa.

O espaço urbano é tema de estudo da geografia, uma ciência que tem a cartografia como um dos pressupostos no seu embasamento, e utiliza-se dessa área do conhecimento como importante ferramenta de auxílio metodológico. Uma base cartográfica adequada auxilia de forma prática, estudos de transformações urbanas.

Faz parte desse trabalho, um conjunto de cartas que tem como objetivo ilustrar a evolução urbana de Campina Grande, para visualizar os novos espaços ocupados por cada elemento novo acrescentado na cidade e, também fonte de dados para cálculos de área, que junto com os dados relativos ao número de edificações e população são apresentados em quadros no final do detalhamento de cada período. Além desse objetivo, esse conjunto de cartas é, também, um arquivo cartográfico para ser utilizado com fonte de pesquisa a pessoas interessadas pela cartografia da cidade de Campina Grande. As cartas foram construídas a partir de relatos históricos e de outras cartas existentes, obedecendo aos critérios dos

fundamentos da cartografia, principalmente de escala. Essas cartas seguem um padrão de tamanho para adequar-se a uma estética cartográfica.

Em cada período onde houve expansão urbana significativa, foi gerada uma carta, para mensurar as ações das políticas públicas que fizeram parte do gerenciamento da cidade.

A carta nº 1 é uma composição de cinco cartas, indicando a situação de Campina Grande, partindo da América do Sul, Nordeste, Paraíba, município de Campina Grande até a zona urbana. As cartas dessa composição apresentam coordenadas nas bordas, para localização e, escala gráfica, para indicar a razão de redução. É propósito de todas as cartas deste trabalho, apresentar escalas gráficas para se ajustarem ao tamanho padrão proposto. Caso necessite de cálculos de maior precisão, basta transformar a escala gráfica em numérica.

Foram Utilizadas diferentes bases nos dados para a composição da carta de situação e localização. Para a carta da América do Sul e Nordeste, a base de dados foi do Atlas Geográfico Universal. Nova Cultural. São Paulo, 1997. A carta da Paraíba tem base de dados do Atlas Geográfico da Paraíba. GRAFSET, 2000. Para os de Campina Grande, município e zona urbana, a base de dados foi do mapa digital da Paraíba. IBGE, senso 2000 e, mapa de Campina Grande do Comando da Aeronáutica, editado pela INFRAERO, 2005.

A carta nº 2, é uma reconstituição da categoria de Vila. A carta foi composta a partir de relatos contidos no livro Os Alicerces de Campina Grande.

Para reconstituição da carta nº 3 foi utilizada como base cartográfica, uma carta do município de Campina Grande em cópia heliográfica de 1984, data da emancipação. Está em escala 1:2000 e foi elaborada pela Secretaria de Educação de Campina Grande. Para esse trabalho, essa carta foi apenas redesenhada a área

urbana na forma original, modificando a escala numérica para gráfica, isso para se adaptar ao tamanho proposto para esse trabalho. Essa carta foi incluída nesse trabalho por tratar-se de uma data comemorativa, não coincidindo com final de período relacionado. Nas cartas nº 2 e nº 3, foram inseridas legendas das ruas, para manter o caráter histórico.

A carta nº 4 datada de 1907 foi desenhada com base cartográfica em uma carta do município de Campina Grande da mesma data. Trata-se de uma cópia heliográfica em escala 1:5000, produzida também, pela Secretaria de Educação e foi transcrita apenas a área urbana, adaptando a escala para gráfica, pelo mesmo motivo referido na carta nº 3.

A base cartográfica da carta nº 5, para ilustrar o final do segundo período, 1930, é uma carta do mesmo arquivo das duas anteriores, datada de 1918 e, a reconstituição foi feita da mesma forma, necessitando apenas um ajuste da área para fidelidade do período. Esse ajuste foi feito com auxílio da marcação da evolução na carta digitalizada da CEPLAN.

A carta nº 6, que ilustra o período fechado em 1945, tem base cartográfica em uma carta da SEPLAN, construída pelo exército brasileiro a partir de fotografia aérea, em escala 1:25.000. A referida carta tem data coincidente com o final desse período, apenas alterada a escala para tipo gráfica.

Para a composição da carta nº 7, que fecha o período em 1964, foram utilizadas, como base cartográfica, a carta digital da SEPLAN de 2002. O mesmo procedimento foi feito para a carta nº 8, fechando o período em 1980, com base cartográfica no Guia de Campina Grande de 1982.

A carta nº 9 é uma representação fiel da carta digital da SEPLAN de 2004. Essa carta está originalmente apresentada em escala de 1:10.000, tendo sua

impressão para este trabalho em escala nominal onde 1 centímetro corresponde a 632 metros.

Em anexo estão as cartas dos períodos apresentados sem as convenções dos acréscimos (chamados cartas limpas). Essas cartas são uma contribuição deste trabalho, referente a cartografia histórica da Cidade de Campina Grande.

Para os cálculos de área empregamos as seguintes equações:

$$D = \frac{P}{3}$$

$$A = \frac{2}{3} \pi R^2$$

**D** = Diâmetro

**P** = Perímetro

**R** = Raio

**A** = Área

## CAPÍTULO III

### ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS RELAÇÕES COM A EXPANSÃO URBANA

O crescimento de uma cidade está diretamente ligado a suas potencialidades. O processo de fazer e refazer a cidade depende de agentes econômicos, principalmente os detentores dos meios de produção. Assegura Koga, (2003) que é necessário conhecer a “vocação econômica” do lugar para se definir um negócio ou qualquer atividade econômica. Portanto uma cidade cresce mais ou menos, dependendo do seu potencial. As políticas econ micas são importantes para definir áreas prioritárias para execu o de programas, projetos e, a oes e diretrizes nas áreas de interven oes. Deste modo, a a o das políticas públicas pode retardar ou acelerar o crescimento de uma cidade. Mas, o que são políticas públicas? O Estado atua na sociedade através de um conjunto de elementos que funciona como princípio orientador de regulamentos, leis e programas para solucionar problemas públicos. As *fun oes do governo* de garantir direitos e deveres; as *políticas*, que são um conjunto de inten oes que dirigem a a o em busca das fun oes; as *agências*, unidades governamentais responsáveis pela formula o e implementa o das políticas; as *leis*, atos específicos aprovados pela legisla o; *regulamentos*, regras ou ordens expedidas por agências administrativas; *decisões*, escolhas específicas feitas por funcionários para formular e implantar políticas; *programas*, atividades específicas das agências. Este   um conjunto de elementos governamentais que compõem as políticas públicas. Portanto, todas as a oes governamentais dirigidas coletivamente para o bem da sociedade, são políticas públicas. Através da arrecada o de impostos, o Estado financia as políticas públicas que resultam na

produção e distribuição de bens e serviços coletivos como, educação, segurança, saúde, transporte, etc.

Neste capítulo, procuramos identificar quais as políticas públicas (destacando as voltadas para o desenvolvimento) que estão relacionadas ao crescimento urbano da Cidade de Campina Grande. Para facilitar a compreensão e ao mesmo tempo, comparar os números relativos ao crescimento, este capítulo está dividido em seis períodos, identificado na pesquisa, como distintos.

### **3.1 Da Fundação à Chegada do Trem (1697 à 1907)**

A primeira ação deste capítulo seria a definição do termo cidade. Porém, a cidade é um objeto de tamanha complexidade que é difícil definir. Podemos adiantar que a cidade é uma área rural transformada em um local de mercado. Veja o que diz Corrêa, (2003 p.25), a respeito do tema:

Apesar de nem todo “local de mercado” ser uma cidade (basta pensar, como ele surge, em mercados periódicos tendo lugar em aldeias, isto é, assentamentos não urbanos), toda cidade é um local de mercado, onde se dá intercambio regular de mercadorias.

A origem da Cidade de Campina Grande identifica-se com esse conceito. A permanência de Teodósio de Oliveira Ledo, resolvendo adiar-los uma leva de índios capturados no Sertão Paraibano em razão das condições físicas do local propícias para o pastoreio de gado, uma área plana (geomorfologicamente denominada de Campina) é o marco inicial da cidade. Era o ano de 1697 e, no ano seguinte inicia-se a catequização por um frade franciscano. (ALMEIDA, 1979)

Veja no quadro 01 os números da época.



**QUADRO 01 – VILA (1790)**

	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>N<sup>os</sup> ATUAIS</b>	<b>0,8Km<sup>2</sup></b>	<b>410 **</b>	<b>1.799 **</b>

Fonte: \* Cálculos da pesquisa  
\*\* (CÂMARA, 1998)

02

CARTA DA VILA NOVA DA RAINHA – 1790

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



ESTRADA DO SERIDÓ

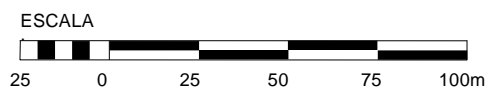
ESTRADA DO BREJO

LARGO DA MATRIZ

RUA DO MEIO

RUA DO IOTÃO DA IGREJA

RUA DAS BARROCAS



03

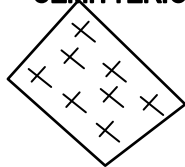
CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1864

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



CEMITÉRIO DAS BONINAS



AÇUDE

LARGO DO MERCADO NOVO

LARGO DO ROSÁRIO



CADEIA E CASA DA CÂMARA

LARGO DO MERCADO VELHO

RUA DO MEIO

RUA DO IOTÃO DA IGREJA

RUA DAS BARROCAS

LEGENDA:

Área Acrescida

ESCALA :



Devemos ressaltar que os dados computados para edificações mostrados neste quadro, são referentes a toda aldeia e, que os dados dos seguintes quadros são referentes apenas as áreas urbanas.

Localizada em condições geográficas privilegiadas, o aldeamento evoluiu, alcançando à categoria de freguesia em 1769. Esta condição está de acordo com Corrêa, (2003 p. 12)

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou, mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e de outros países.

O autor ainda justifica que o termo aldeia deve ser substituído por povoado, associando o termo aldeia ao assentamento de indígenas, que não é identificado como área central. Deste modo o termo aldeia é para o caso em estudo, mais adequado, visto que, a localidade era uma aldeia de índios instalada em uma área central de convergência de caminhos para regiões importantes do estado.

Elevada a categoria em 1790, denominada Vila Nova da Rainha, com termo judiciário, senado da câmara, julgado de paz e cartório, (CÂMARA, 1999). Embora, o termo (políticas públicas) só tenha sido denominado após a Segunda Grande Guerra, a primeira ação de políticas públicas para Campina Grande, teria sido uma Carta Régia datada de 1701, mandando levantar uma igreja na, então Aldeia.

A vila atrai tropeiros de diversas localidades da província: a quantidade de ranchos cresce para atender o aumento do tráfego e logo se transforma em entreposto, em seguida, em feira, local de comércio e de discussões políticas, ideológicas e fator de dinamização econômica.

Foi exatamente na feira onde ocorreu a primeira reação popular contra a aplicação de uma política pública. Uma política tributária imposta aos feirantes e,

estes revoltados, receberam autoridades policiais a pedradas, utilizando-se dos pesos de balanças. Por isso, o movimento ficou conhecido como Quebra-Quilos. A respeito desse episódio, veja a citação de Lima (2004 p. 38).

No dia 31 de outubro de 1874, tem início na Vila de Fagundes, comarca do Ingá, na Paraíba, durante a feira, uma discussão entre o arrematante de impostos que cobrava o chamado *imposto de chão* (que consistia em uma taxa de 100 mil réis, cobrada aos comerciantes, sobre qualquer mercadoria exposta no pátio das feiras), e os feirantes. Desta discussão partiu-se para a violência e estava iniciado o movimento que ficou conhecido como Quebra-Quilos.

Devido às insatisfações de quase todos os setores sociais da região Nordeste, o movimento cresce e espalha-se pela Paraíba, sendo muito forte nas cidades de Campina Grande e Areia e ramifica-se para os Estados vizinhos, ou seja, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.

A feira foi a primeira comprovação do potencial local, a posição geográfica oferecia ótimas condições para o desenvolvimento do comércio, atividade que por muito tempo foi liderança na região. Como já foi mostrada no capítulo anterior, a farinha de mandioca foi o primeiro produto a se destacar como produção local. Para proteger a produção da farinha, a província promulgou leis para regulamentar as terras destinadas ao criatório e as destinadas ao cultivo, deslocando o “travessão”. Segundo Câmara (1998, p.38), o travessão tratava-se de uma norma referente à divisão territorial onde uma linha divisória destinava às terras úmidas para a produção de alimentos não permitindo que o gado fosse criado solto e, áreas destinadas à pecuária, à lavoura, se limitavam às margens de rios e riachos com cerca de proteção. Essa teria sido outra política pública para proteção da indústria local.

A ocupação urbana de Campina Grande já era considerável porem, de arquitetura pobre, isto devido aos habitantes serem comerciantes e forasteiros. As

tradicionais famílias dos colonizadores mantinham isolamento do povoado, o que, de certa forma, a quantidade de habitantes da zona urbana era proporcionalmente menor que a quantidade de residências. A justificativa era que para os fazendeiros a chamada “casa da rua” era para ocupação em dias de feira e festas. Assegura Câmara, (1999) que os fazendeiros passaram a investir na “casa da rua” como forma de demonstrar a superioridade econômica.

Ao ser elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864, assegura Silva, (2000) Campina Grande não reunia os requisitos mínimos, nem funções inerentes a uma cidade. Segundo dados de Câmara, (1999), a composição urbana era a seguinte: duas igrejas católicas, dois açudes, duas casas de mercado, um cemitério uma casa de cadeia, uma casa da câmara, três largos, quatro ruas, oito becos e aproximadamente trezentas casas distribuídas em área urbana de cerca de 1,3 km<sup>2</sup>.

Considerando que a emancipação política de Campina Grande se dá em 1864, significando marco importante para a cidade, nenhum acréscimo foi registrado com relação à expansão urbana nos 43 anos seguintes, razão pela qual esse período foi fechado em 1907.

Como se vê, da fundação até a emancipação, Campina Grande teve uma evolução modesta, evolução esta, creditada a sua situação geográfica, responsável por “vocação” comercial, o que lhes deu a condição de líder na região. Mesmo assim, já se podia identificar ações de políticas públicas, tema que ainda não tinha a conceituação atual, o que só ocorre após a segunda grande guerra.

Os primeiros estudos sobre políticas públicas datam do início dos anos quarenta onde profissionais liberais (engenheiros, físicos, matemáticos e outros)

convocados para apoio aos militares, começaram a aplicar seus fundamentos técnicos para ajudar no aprimoramento de suas metas (PALUMBO, 1994).

As ações da coroa portuguesa e da chefia da capitania como: ordem para construir a primeira igreja em 1701; a promoção para categoria de vila, em 1790; as decisões sobre as leis do “travessão”.

Veja no quadro 02 e na carta nº 4 que a cidade de Campina Grande teve um crescimento lento em 310 anos. As cartas nºs 2 e 3 que datam da categoria de vila e da emancipação, justifica a não inclusão do período 1864 a 1907, por não ter tido acréscimo urbano considerável nos 43 anos após a emancipação, diferente dos 23 anos seguintes, após a chegada do trem, que até 1945 se configura na fase de maior progresso, na história da cidade. A propósito, o tópico seguinte mostra o período entre 1907 e 1930. O período foi partido, devido às mudanças com a chegada do automóvel e, principalmente, com a política de reforma urbana implantada entre 1930 e 1945. Mas, esse é assunto para o tópico seguinte.

#### **QUADRO 02 - 1790 / 1907**

	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>ACRESCIMO</b>	<b>0,5km<sup>2</sup></b>	<b>431</b>	<b>13.041</b>
<b>% ACRESCIDO</b>	<b>162</b>	<b>178</b>	<b>947</b>
<b>N<sup>os</sup> ATUAIS</b>	<b>1,3km<sup>2</sup> *</b>	<b>731 **</b>	<b>17.041 ***</b>

Fonte: \* Cálculos da pesquisa

\*\* (SÀ, 1986)

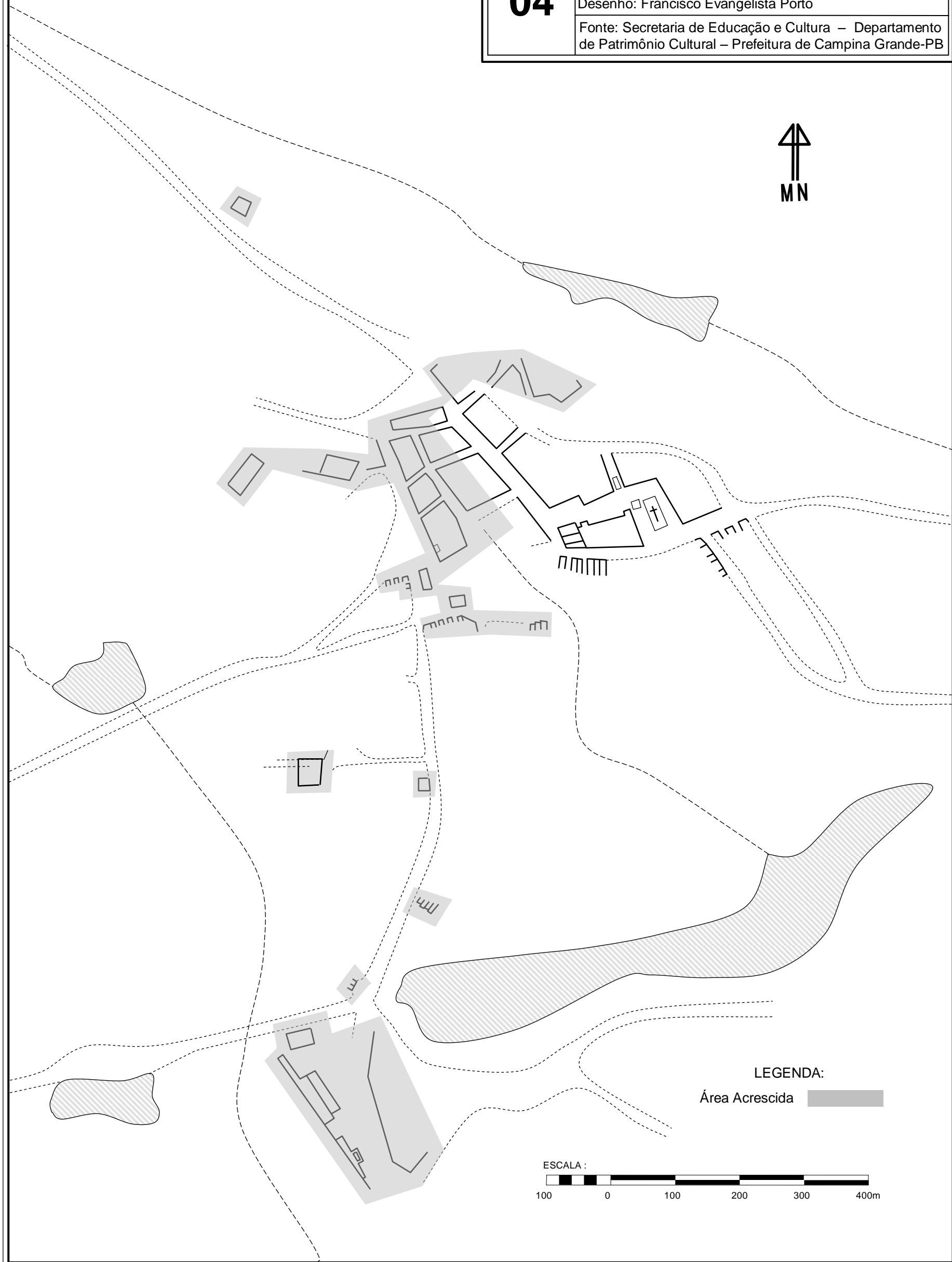
\*\*\* (RIOS, 1963)


04

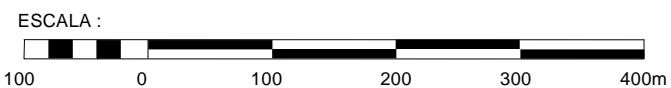
CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1907

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



LEGENDA:  
Área Acrescida 





### 3.2 Da Chegada do Trem à Chegada do Automóvel (1907 à 1930)

Com a chegada do trem, as portas de Campina Grande se abrem para o mundo. Este importante meio de transporte, inventado na Europa e utilizado pela primeira vez em 1824, chegando ao Brasil em 1854 e, ao Nordeste em 1858. Afirma Melo, (1995) que nenhuma cidade na Paraíba beneficiou-se tanto com o transporte ferroviário, como Campina Grande. O trem, junto com a produção algodoeira, passou a ser responsável pelas grandes transformações do espaço campinense, até o início dos anos 30, com a chegada do transporte rodoviário. Por isso, o título desse tópico.

Novamente Campina Grande é beneficiada por sua posição geográfica. A cidade é beneficiada com a política pública de transportes do governo federal, ao ser inserida na malha ferroviária nordestina. Só que Campina Grande não estava nos planos do governo da província da Paraíba, conforme Câmara (1998, p.80) “a resistência em trazer os trilhos até Campina Grande, representava uma sangria de tributos para o porto do Recife, preocupação da capital da província quando fez a ligação ferroviária com o interior, somente até as cidades de Alagoa Grande e Itabaiana.”

O programa ferroviário era subsidiado pelo governo federal. A Great Western of Brazil Railway que já havia encampado a Conde d'Eu Railway Company que operava a rede do interior de forma deficitária, Argumentando junto ao governo federal a viabilidade do trecho Itabaiana/Campina Grande, vendo nessa conexão a certeza de lucros, (ARANHA, 1991).

Em 2 de outubro de 1907 a ferrovia é inaugurada, trazendo para Campina Grande, não somente mercadorias, más, as mais novas tecnologias e hábitos do

Brasil e da Europa. Como fim de linha, a cidade passa a integrar um sistema integrado de transporte, de forma que o fluxo de gado e tropeiros de diversas regiões do interior do estado, seguia para o Recife e, de lá para a Europa. O principal produto de exportação era o algodão e, como importação, além de mercadorias, toda a influência européia. Até o automóvel chegou à Campina Grande pelos trilhos.

O aporte técnico da ferrovia associado ao comércio algodoeiro dota Campina Grande de uma hegemonia comercial tendo o Recife área de influência e passa a ser considerada como a terceira mais importante praça algodoeira do mundo. O espaço campinense a uma economia internacionalizada e adquire modernos elementos urbanos tais como: fábricas, armazéns para mercadorias em trânsito, luz elétrica, cinemas, bancos, clubes escolas jornais, transporte urbano, telefones, hotéis e pensões, (CÂMARA, 1998).

Afirma Barros, (1987) que as maiores cidades paraibanas apresentaram crescimento demográfico por emigração interna e, principalmente por imigração dos estados como Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, fato que também ocorreu com Campina Grande que tinha área de influencia urbana além dos limites do estado. Esse trânsito populacional eleva o numero de habitantes de Campina Grande de 17.041 em 1907 para 99.681 em 1930.

Nesse período, se Campina Grande não teve influências de políticas públicas que auxiliasse no seu desenvolvimento, teve decisões políticas contra esse crescimento. A rivalidade entre Cristiano Lauritzen e Camilo de Holanda (então, presidente da Paraíba), fez com que o executivo estadual implementasse uma política fiscal para Campina Grande, elevando os impostos para os mais altos de todo o estado. O fato provocou dificuldades revoltas aos comerciantes campinenses,

mas, mesmo assim, a cidade não parou de progredir e continuar sendo liderança econômica do Estado, (CÂMARA, 1998).

A partir de 1930, com o evento do automóvel, a cidade passa a ser beneficiada com o transporte rodoviário. Com sua posição geográfica privilegiada de entroncamento de cinco importantes estradas, o caminhão substitui o tropeiro e a liderança de Campina Grande é ampliada para o Sertão e o Brejo. O comércio campinense dispunha de importados referente à atividade automobilística como: automóveis e peças e, serviços especializados.

Como podemos observar, a cidade de Campina Grande foi incluída na política de transporte ferroviário do governo federal, devido ao seu potencial econômico, já que a malha existente no estado era de operação deficitária.

As conseqüências da chegada do trem na expansão urbana da cidade foram imediatas, mesmo com uma densidade de edificações muito baixa, como pode ser visto na carta nº 5 e no quadro 03, que a área urbana foi praticamente triplicada.

O grande apogeu econômico fez com que Campina Grande passasse por grandes modificações urbanas entre 1930 e 1945. O projeto Art décor foi objeto de elogios e crítica da população campinense, assunto tratado no tópico seguinte.

### **QUADRO 03 - 1907 / 1930**

	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>ACRÉSCIMO</b>	<b>2,2km<sup>2</sup></b>	<b>6.338</b>	<b>82.640</b>
<b>% ACRESCIDO</b>	<b>269</b>	<b>967</b>	<b>585</b>
<b>N<sup>OS</sup> ATUAIS</b>	<b>3,5km<sup>2</sup> *</b>	<b>7.069 **</b>	<b>99.681 ***</b>

Fonte: \* Cálculos da pesquisa

\*\* (SÀ, 1986)

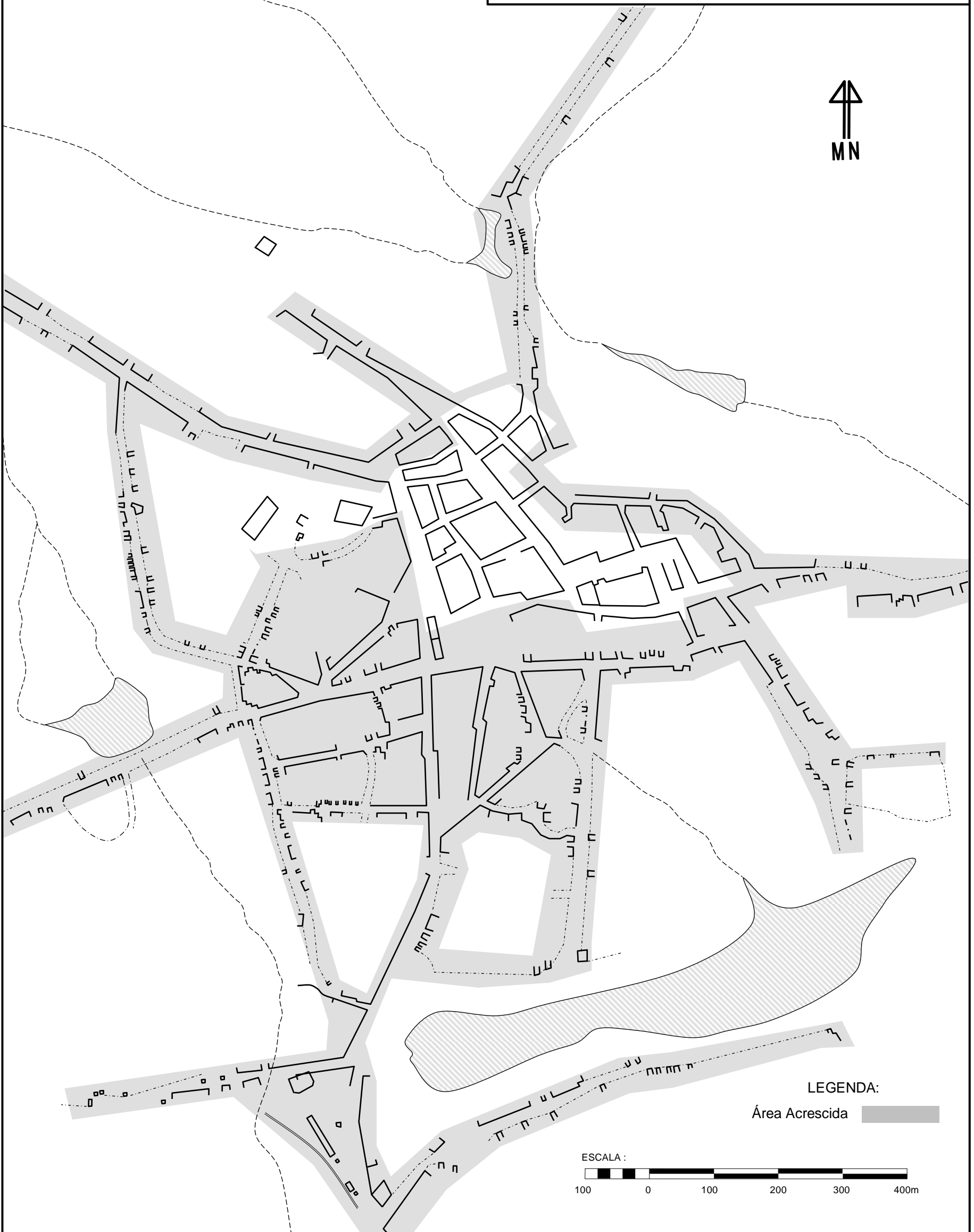
\*\*\* (RIOS, 1963)

05

CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1930

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



LEGENDA:

Área Acrescida

ESCALA :



### **3.3 Da Chegada do Automóvel ao Final da Guerra (1930 à 1945)**

A ferrovia não significou para Campina Grande somente um meio de transporte de passageiros e carga. Não se recebia, no final da linha, apenas mercadoria e pessoas. A Estação Ferroviária passou a ser um ponto de encontro da população campinense, para saber as “novidades do mundo”, em primeira-mão, e os novos hábitos e inovações tecnológicas e culturais. Intelectuais, Letrados e Políticos acompanhavam as mudanças nas grandes cidades brasileiras.

A grande novidade nesse período estava relacionada com a medicina social, eram mudanças técnicas higiênica/sanitária experimentadas nas grandes cidades da França e Inglaterra no final do século XIX. Segundo Sousa, (2001) a elaboração dessas mudanças seguia quase um ritual, para as propostas, projetos, cadastros e plantas. Eram sempre para as áreas centrais e, de acordo com as condições econômicas locais. No Brasil grandes cidades tiveram problemas causados por surtos epidêmicos e tiveram suas reformas urbanas, entre elas estão Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza e Recife, todas inspiradas em modelos europeus.

O projeto Art Décor teve seu início a partir do decreto nº 51 de janeiro de 1935, assinado pelo então prefeito Antônio Pereira Diniz, publicado no jornal local O DEBATE, onde destacava o seguinte: “– considerando que Campina Grande, apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;

– considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente, que impressiona os que nos visitam;

– considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento (...).

DECRETA:

Art. 1 — Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (...)

O decreto que propunha as mudanças ruas e praças centrais da cidade estava, em muitos sentidos, associado às várias outras empreitadas saneadoras, como a transferência do meretrício das ruas centrais para uma área afastada e marginal, a destruição da antiga cadeia, em 1934, localizada na área central, que foi transformada na Praça Clementino Procópio, e a construção da Penitenciária Pública no Monte Santo, área afastada do centro; a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água, 1935-1939.

Antonio Pereira Diniz não chegou a ver, como prefeito, a aplicação do seu decreto. Foi só na administração de Vergniaud Wanderley, em 1935, que se iniciou o “bota-abaixo” , como foi denominada a ação para a implantação do projeto Art Décor.

Essa política pública desenvolvida em Campina Grande causou a maior polêmica em toda sua história. O professor Fábio publicou um dossiê, que é parte de sua tese de doutorado, narrando todo o episódio dessa reforma urbana campinense.

A carta nº 6 mostra em detalhes o resultado dessa reforma de Campina Grande, que modificou a estrutura urbana do centro e ao mesmo tempo o surgimento de novos bairros da cidade. A elite possuidora de grande patrimônio financeiro instalou-se em um novo bairro nobre ao sul (área que atualmente faz parte

do centro da cidade) e no Bairro da Prata, que se implantava como bairro nobre. Enquanto que a população mais pobre se instalava em uma área mais a leste, sendo hoje, o bairro de José Pinheiro.

Não queremos, aqui, questionar o Projeto Art Décor, por um motivo muito lógico, houve opiniões contrárias, inclusive, de cunho político. Para Sousa, (2001) o Art Décor foi parte de uma política pública municipal, de urbanismo, que apagou a memória arquitetônica colonial campinense. Para Rossi e Oliveira, o projeto Art Décor foi uma reforma urbana necessária para a então e futura estruturação da cidade.

Veja no quadro 04 e na Carta nº 6 as conseqüências dessa reforma no espaço urbano de Campina Grande. A área urbana quase dobrou, sem levar em conta que a densidade habitacional aumentou consideravelmente em relação ao período anterior.

#### **QUADRO 04 - 1930 / 1945**

	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>ACRÉSCIMO</b>	<b>0,7km<sup>2</sup></b>	<b>6.190</b>	<b>16.519</b>
<b>% ACRESCIDO</b>	<b>120</b>	<b>187</b>	<b>117</b>
<b>N<sup>os</sup> ATUAIS</b>	<b>4,2km<sup>2</sup> *</b>	<b>13.259 **</b>	<b>116.200 ***</b>

Fonte: \* Cálculos da pesquisa  
 \*\* (ARAÚJO, 1999)  
 \*\*\* (IBGE)



**06**

**CARTA DE CAMPINA GRANDE**

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Carta elaborada pelo Exército do Brasil

**Açude de Bodocongó**

**PRATA**

**CENTRO**

**JOSÉ PINHEIRO**

**Açude Novo**

**Açude Velho**

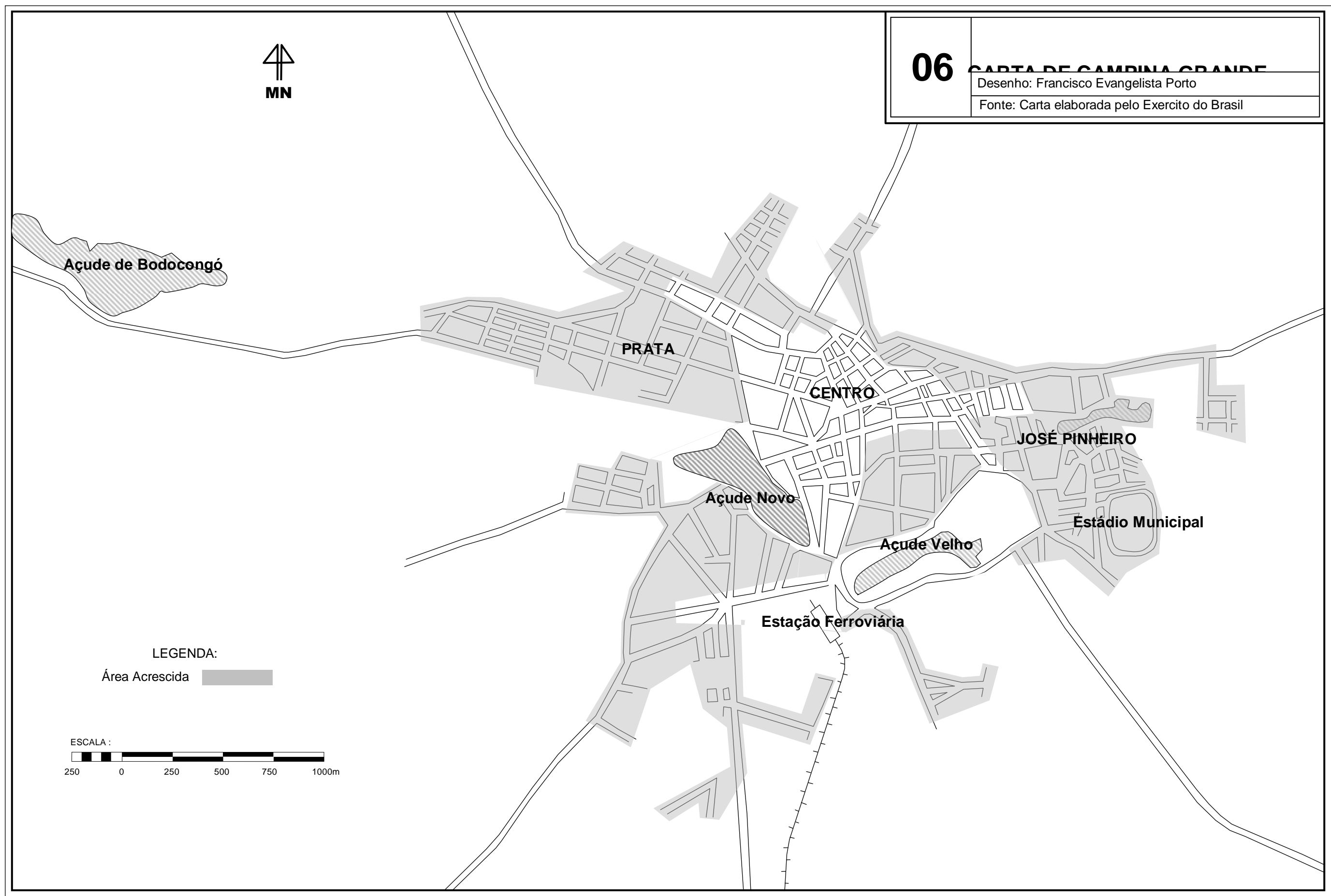
**Estádio Municipal**

**Estação Ferroviária**

LEGENDA:

Área Acrescida

ESCALA :





### **3.3 Do Final da Guerra ao Golpe Militar (1945 à 1964)**

Após a guerra, o presidente Eurico Gaspar Dutra promove a abertura do país às importações. Campina Grande que sempre teve vocação para o comércio, se enquadrando na nova era do pós-guerra e atrai investimentos para impulsionar a nova vocação da cidade, a indústria. Ao findar os anos 40, Campina Grande já era a mais importante cidade do interior do Nordeste, sendo a única cidade não capital, a sediar a federação da indústria do estado, implantada em 1949.

Campina Grande entra nos anos 50 em sintonia com a política de desenvolvimento nacional e retoma com grande força o comércio varejista de produtos regionais, nacionais e importados. A realidade local era contrária à penúria que passava a região Nordeste, já contava com um centro industrial em ascensão, superando a capital em todos os números relativos a essa atividade, enquanto que o restante da região vivia a penúria da seca.

Conforme destaca Moreira, (1979) o Centro-Sul desenvolvia uma política com objetivos definidos, visando à industrialização, enquanto no Nordeste, a política era “assistencialista”. A ação governamental era centralizada na política de combate às secas e com um caráter filantrópico.

A política desenvolvimentista do governo do Presidente Juscelino de crescimento acelerado, só contemplou o Centro-Sul, provocando um êxodo rural sem precedente. Esse contingente de imigrantes não tinha mão de obra qualificada e em muitos casos, Campina grande funcionava como “barramento” da migração para o Centro-Sul, pois oferecia oportunidade de emprego para esse tipo de mão de obra, fazendo crescer a população local.

De um lado a euforia no Centro-Sul beneficiada com a política governista e do outro a crise do Nordeste, levam as lideranças locais a se mobilizarem em prol de

minimizar essa diferença. Dentre muitos debates, o mais significativo, e que foi considerado marco inicial foi o I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande em 1956. Participaram desse encontro representantes da Igreja Católica, liderados pelo então Arcebispo do Rio de Janeiro D. Helder Câmara, representantes das Federações das Indústrias dos Estados, Ministro de Estado e lideranças empresárias regionais. O Presidente Juscelino Kubitschek participou do encerramento do encontro onde foi apresentado um diagnóstico da situação do Nordeste. Esse diagnóstico está publicado, na íntegra, no livro *Realidade Econômica e Planejamento do Nordeste*, de Aluisio Afonso Campos, que esteve presente ao encontro, representando o Banco do Nordeste. Baseado no diagnóstico apresentado foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

Iniciam-se as articulações para pôr em prática o plano de desenvolvimento para a região. Junto as lideranças locais, associam-se ao grupo, novas entidades criadas como: Federação das Industrias do Estado da Paraíba (FIEP); Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), órgão municipal criado em 1957 e diversos empresários campinenses.

Como já foi citado, não é propósito deste trabalho, questionar as políticas públicas aqui identificadas, nem tampouco, questionar a política partidária. Termos dessa disputa são mostrados por Agra do Ó, (1996). Os campinenses preferem eleger o candidato que representava o modelo assistencialista, Severino Bezerra Cabral é eleito prefeito em 1959.

O grupo desenvolvimentista não desiste, retoma as composições de alianças, e nas eleições de 1963, Newton Rique é eleito prefeito de Campina Grande e, passa a pôr em prática todo projeto elaborado pelo grupo desenvolvimentista. A administração de Newton Rique é voltada toda para uma política pública de

desenvolvimento, priorizando a industrialização. Para seu propósito cria a Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA) para administrar o Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande (FUMINGRA). Lima, (2004) mostra, em detalhes com visão economicista, a articulação dessa política pública.

Para coroar o propósito do grupo desenvolvimentista é instalado o Distrito Industrial de Campina Grande. Governador do Estado, Pedro Gondim, através do Decreto Nº 3.491 de 31 de dezembro de 1963, estabelece a criação dos Distritos Industriais de João Pessoa e Campina Grande. (ZENAIDE, 1996).

Esses seriam os novos destinos de Campina Grande, conforme a citação de Lima, (2004 p.73) referindo-se aos feitos da administração de Newton Rique.

Estavam, assim, criadas as condições para a implementação do projeto de industrialização capaz de colocar o município de Campina Grande como um posto avançado do desenvolvimentismo na região Nordeste. Os investidores perceberam esses avanços e não se negaram a investir na cidade; os dados sobre as indústrias instaladas no município, no início dos anos 60, mostram que a industrialização do município ganhava impulso, apesar de toda a crise que assolava o país.

Apesar do grande progresso de Campina Grande, a partir de 1945, e o que ainda estaria por vir com a aplicação dessa política pública municipal, tudo vai de “água a baixo” com o golpe militar de 1964. Como teremos oportunidade de mostrar no próximo tópico.

Os resultados desse período próspero, revertido na expansão urbana de Campina Grande, são vistos em detalhes no quadro 05 e na carta nº 7.

**QUADRO 05 - 1945 / 1964**

	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>ACRÉSCIMO</b>	<b>6,7km<sup>2</sup></b>	<b>8.381</b>	<b>8382</b>
<b>% ACRESCIDO</b>	<b>243</b>	<b>163</b>	<b>107</b>
<b>N<sup>OS</sup> ATUAIS</b>	<b>10,9km<sup>2</sup> *</b>	<b>21.640 **</b>	<b>124.582 ***</b>

Fonte: \* Cálculos da pesquisa

\*\* (ARAÚJO, 1999)

\*\*\* (SEPLAN)

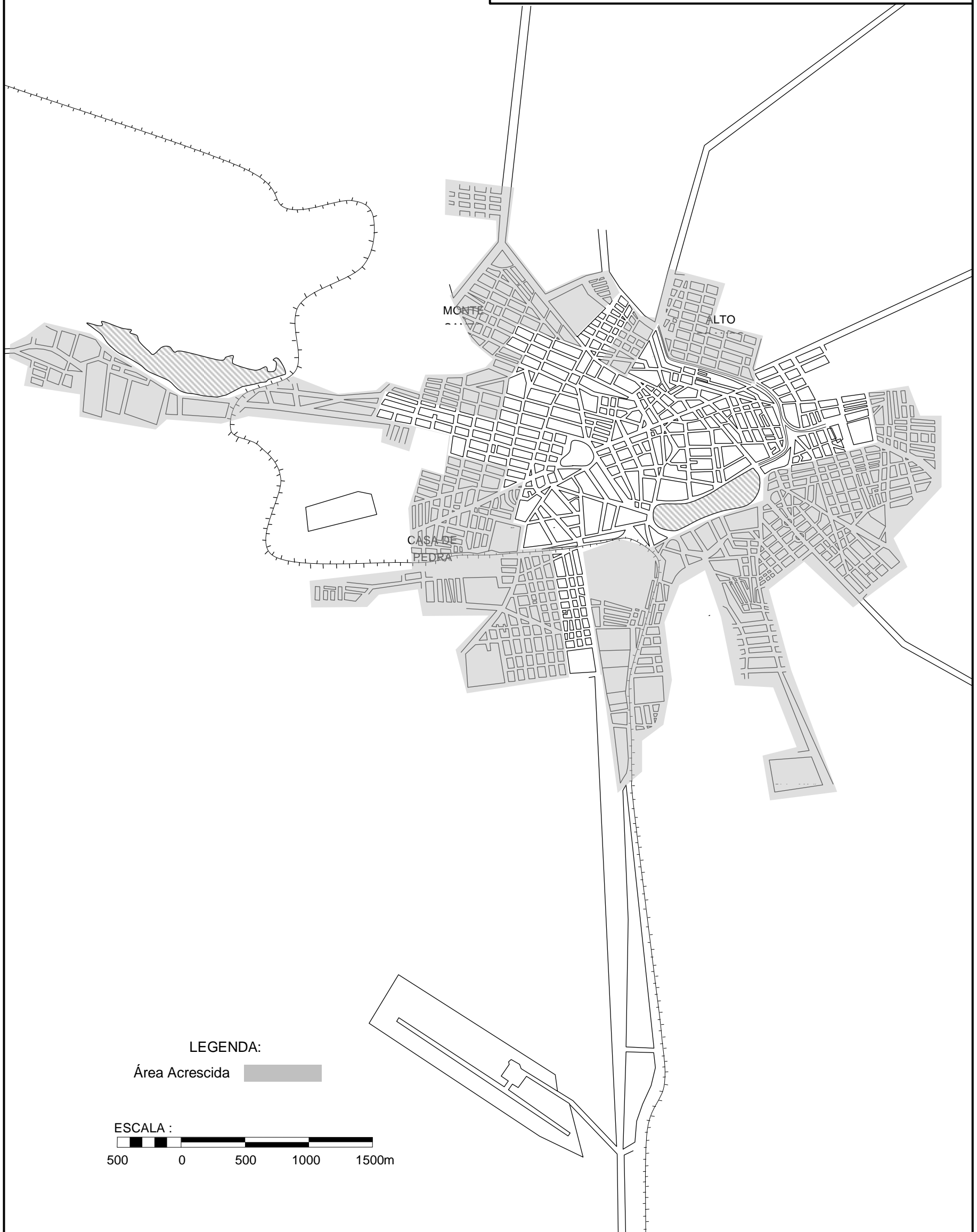


07

CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1964

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



LEGENDA:

Área Acrescida 

ESCALA :



### 3.4 – Conseqüências do Governo Militar (1964 à 1980)

Seguindo o nosso mapeamento das políticas públicas, associando a expansão urbana, esse tópico mostra que nesse período Campina Grande teve um retardo considerável no seu crescimento urbano. Vale ressaltar que as ações políticas e administrativas do governo militar não foram questionadas nesta avaliação, permanecendo, apenas, o caráter investigativo das conseqüências das políticas públicas desenvolvidas para a cidade de Campina Grande e, por conseguinte, visualizar os impactos na expansão urbana.

Para iniciar esse tópico, destacando uma citação de Lima, (2004 p. 76) a respeito das intenções político/administrativas do governo militar:

Ao assumir o poder em abril de 1964, os militares inauguram nova forma de administrar o país. Nas primeiras ações dos militares golpistas, ao assumir o poder executivo, está explícita a intenção de ter o controle total sobre todas as esferas de poder. Durante, aproximadamente, dez anos essa política centralizadora esteve em vigor e obteve o apoio de importantes setores da sociedade, que se beneficiaram diretamente dessa centralização e, também, de alguns setores que sonhavam com as benesses que poderiam advir de tal política.

Para justificar o “prejuízo” de Campina Grande com a política do governo militar, o autor citado destaca a situação econômica do país à época do golpe militar:

Por mais paradoxal que possa parecer a afirmativa: “A crise econômica ajudou, e muito, na implantação do projeto dos militares”, quando estes assumem o poder, em 1964, a economia do país estava beirando o caos, com altas taxas de inflação, sério problema de déficit público, desequilíbrio na balança de pagamentos, queda no PIB e descrédito nos organismos financeiros internacionais. (2004 p.93)

Essa não era, particularmente, a situação de Campina Grande, como foi visto no final do tópico anterior. A cidade era uma ilha de prosperidade em meio à crise da região nordestina.

A política centralizadora do governo militar começa a prejudicar Campina Grande a partir da troca da direção da SUDENE. Como se tratava de um embate meramente político, a nova direção desse órgão passa a ser de pessoas alinhadas com o novo projeto de governo, obviamente, contrários ao grupo desenvolvimentista campinense.

Com a cassação de Newton Rique, assume a prefeitura, o seu vice-prefeito, Williams Arruda, que mesmo tendo certa afinidade com o novo governo, não consegue pôr em prática o projeto do (GTDN), conseguindo apenas alguns recursos para investimentos em áreas sociais. Entre eles estão: 1200 casas populares nos conjuntos Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano, pela companhia municipal de habitação COHABCG; criação das companhias municipais de água e esgotos (SANESA), telefônica (TELINGRA), eletricidade (CELB) e a Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE).

O projeto de administração centralizadora do governo federal era seguido pelos estados, claro, com os governadores alinhados ao projeto militar, foram criadas empresas estatais, como a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP); Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA); Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA); Telecomunicações da Paraíba S/A (TELPA), EMATER/PB. Estas empresas foram criadas com objetivo de centralizar ações governamentais em suas respectivas áreas de atuação.

Campina Grande perde o controle da SANESA, encampada pela CAGEPA, da TELINGRA, encampada pela TELPA. O mesmo acontecendo com a (CINGRA), que perdeu a administração do distrito industrial para a (CINEP).

Somente no início da década de 70 é que Campina Grande tem sua inserção nas políticas do governo militar, mesmo de forma modesta. A administração municipal passa por dois interventores, indicados pelo governo federal, até a eleição de Evaldo Cavalcante Cruz, também simpático ao regime militar. Mesmo com esse alinhamento com o governo militar os recursos federais não chegaram à Campina Grande.

Finalmente em 1974, Campina Grande passa a fazer parte política nacional, o município é beneficiado com a *política de qualificação de mão-de-obra* vinculada ao Ministério da Educação e na *política de desenvolvimento urbano*. Estas políticas faziam parte do projeto de descentralização proposto pelo governo federal.

### **3.5 Política de Qualificação de Mão-de-Obra**

Para a política de qualificação de mão-de-obra, Campina Grande já tinha estrutura adequada para ser incluída nessa política, como cita (LIMEIRA 1986, p. 12)

Na década de 50, a intenção de “integração no desenvolvimento técnico-industrial do Estado”, faz de Campina Grande um novo foco científico-cultural da Paraíba, possibilitando um projeto de escola técnica de nível superior, a Escola Politécnica, projeto que conta desde o início com o respaldo do mundo local dos negócios financeiro-comerciais que coerentemente assumem de forma concreta compromisso de colaboração com a iniciativa. Neste sentido, mobilizam-se entidades particulares, federais e estaduais que se beneficiam da realização do projeto. A mobilização de recursos fornece à escola toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, daí a boa qualidade do seu equipamento. Faz-se necessário considerar que firmas estrangeiras também estão presentes neste arrolamento de recursos o que não se registra nos projetos relativos às áreas humanísticas e de saúde.

Em 1974, para atender esse programa, a Universidade Federal da Paraíba passa a funcionar em sistema multicampi. Foram criados sete campus nas cidade de



João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Sousa e Patos. Com exceção de João Pessoa, Campina Grande foi a mais beneficiada com 13 novos cursos superiores, assim distribuídos: Na área tecnológica foram criados os cursos de Meteorologia; Tecnologia Química; Ciências da Computação; Engenharia Mecânica; Engenharia de Minas; Bacharelado em Matemática; Desenho Industrial e Engenharia de Materiais. Na área humanística foram criados os cursos de Pedagogia; Administração; Letras e História. Na área de Saúde o curso de Medicina.

Com essa ampliação do centro universitário, Campina Grande passa a receber grande número de professores e técnicos para fixarem residência, além de alunos de diversos estados da região. Com renda certa, essas pessoas vão incrementar o comércio e a expansão urbana da cidade. Expansão já visível na ampliação da área urbana de instalação do Campus II.

Esse investimento foi o mais significativo para Campina Grande, pois com a criação do Campus II a cidade ganha destaque nacional, sendo referência nas áreas de eletrônica e informática.

### **3.7 Política de Desenvolvimento Urbano**

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) fazia parte do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Foi uma política desenvolvida para resolver os problemas demográficos do país.

Segundo estudos realizados, Campina Grande tinha o perfil ideal para desenvolver essa política, que tinha como objetivo principal conter a imigração para as grandes metrópolis. Segundo Lima (2004 p.235)

Destarte, a cidade se constituiu nos anos 50, 60 e 70 em uma espécie de filtro de mão-de-obra, ou seja, os trabalhadores que dispunham de algum nível de qualificação profissional eram aproveitados na cidade em seus múltiplos setores econômicos, que iam do artesanato, passando pelo comércio até a grande indústria. Já os trabalhadores sem qualificação, ao não conseguir emprego no município, migravam para outras regiões do país. Em geral, o destino desses trabalhadores era a região Sudeste.

Por isso, quando os militares criam a PNDU, preocupados com os efeitos da transição demográfica, do êxodo rural e da questão da migração populacional das cidades pequenas e médias para grandes cidades, um município com o perfil de Campina Grande, não poderia estar excluído dessa política, pois, investir na cidade significaria acabar com um foco de imigração em seu nascedouro.

O PNDU contempla a cidade de Campina Grande com dois projetos de urbanização: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional para Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM). Sendo esse segundo tratado para execução local como (PNCPM), Programa Nacional Cidade de Porte Médio.

O Projeto CURA era financiado pelo BNH, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), investiu, basicamente, em equipamentos urbanos, em obras de infra-estrutura, visando garantir a utilização do solo urbano e amenizar a especulação imobiliária.

O CURA teve suas obras configuradas da seguinte maneira: “O cruzamento dos eixos das coordenadas geográficas para a área urbana é o ponto de partida para a localização da área CURA dentro da cidade. Orientando-se no sentido Oeste, ao longo da Avenida Marechal Floriano Peixoto. Segue no rumo do Sul, paralelamente ao Rio Bodocongó e, novamente para o centro, através da Rua Almirante Barroso. Partindo novamente do centro, após ligar o Açude Novo com o Açude Velho, desce no sentido Sul, ao lado da Rua 24 de Maio, até as imediações do Clube Médico Campestre. Deste ponto retorna ao centro, através da Avenida Severino Cabral, prolongando-se, neste setor da cidade, um pouco para Leste até o Estádio Municipal, o qual é ligado ao Açude Velho através da Rua Severino Cruz”.

Quanto ao PNCPM, contemplava, entre outros programas, transportes, equipamentos comunitários e o cadastro técnico-municipal. Os projetos para execução local foram elaborados pela Companhia Pró Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA)

Outras obras que tiveram forte influência na estrutura espacial urbana de Campina Grande, foi a construção de conjuntos residenciais direcionando a expansão urbana no setor oeste. Trata-se dos conjuntos Severino Cabral, Presidente Médice e Álvaro Gaudêncio, um total de quatro mil unidades. A construção data de 1974 a 1981. A execução da obra dos conjuntos foi administrada pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP).

Este período foi, certamente, o mais crucial na história de Campina Grande, mesmo com a injeção de recursos na economia da cidade, que resultou em uma considerável expansão urbana, principalmente os oriundos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A aplicação desses recursos não resultou em um aporte econômico que era almejado pelo chamado grupo desenvolvimentista campinense. Esse tema é tratado pelo Professor Damião em sua tese de doutorado, onde faz uma análise econômica das implicações dos programas implantados por essa política pública. A carta nº 8 e o quadro 06 ilustram a evolução urbana desse período.

As políticas implantadas nesse período resultaram no maior percentual de expansão da área urbana. Mesmo com baixa densidade de edificações, o que não ocorreu com o crescimento populacional, como era propósito do governo federal com o barramento migratório.

**QUADRO 06 - 1964 / 1980**

	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>ACRÉSCIMO</b>	<b>34,4km<sup>2</sup></b>	<b>20.480</b>	<b>110.893</b>
<b>% ACRESCIDO</b>	<b>416</b>	<b>195</b>	<b>189</b>
<b>N<sup>os</sup> ATUAIS</b>	<b>45,3km<sup>2</sup> *</b>	<b>42.120 **</b>	<b>235.385 ***</b>

Fonte: \* Cálculos da pesquisa

\*\* (CEPLAN)

\*\*\* (GUIA DE CAMPINA GRANDE, 1982)

**08**

**CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1980**

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



LEGENDA:

Área Acrescida

ESCALA :



### **3.8 A Redemocratização (1980 á 2005)**

Os vinte e cinco anos seguintes foram de grandes dificuldades para o Brasil, como é difícil em todo processo de redemocratização. Por ter sido um período diferente dos anteriores, faremos algumas colocações pontuais que, em uma leitura geral, justifica a proporção entre habitantes e área urbana diferente dos períodos anteriores.

Em apenas dois períodos governamentais foram executados projetos de governo apresentados. O primeiro foi o do presidente Getúlio Vargas com o Projeto Desenvolvimentista Nacional (PDN) Fonseca, (1989). Não sendo nosso propósito analisar ou questionar esse projeto. O outro foi do governo do regime militar que é parte da história recente do Brasil e que deixou graves seqüelas para o país e seus cidadãos, principalmente para a cidade de Campina Grande. (LIMA, 2004)

Os governos seguintes ao período militar não tiveram projetos, o que localmente foram seguidos pelos governos estaduais e municipais. No âmbito federal, Campina Grande não foi contemplada com nenhuma política pública voltada para desenvolvimento urbano e ou questões urbanas. Os governos estaduais permaneceram com a política centralizadora, discutida no decorrer deste trabalho. Através da Companhia Estadual de Habitação popular (CEHAP), foram construídas 2700 unidades nos seguintes projetos: FICAM, BODOCONGÓ, CHICO MENDES, MARIZ e PROGRAMA SOCIAL DE HABITAÇÃO. Todos esses projetos foram financiados diretamente pela Caixa Econômica Federal, visto que, o BNH havia sido extinto.

Quanto ao comércio, força motriz do desenvolvimento campinense, passa a ter uma nova configuração a partir dos anos 80. Sem contar com os recursos injetados

pelo governo federal com os projetos CURA, PNCPM e Qualificação de Mão de Obra, o que fez manter o comércio aquecido, Campina Grande ver sua maior vocação entrar em um processo de decadência, processo esse que já se vislumbrava no início dos anos 60. A propósito, o comerciante José Epaminondas Braga, então secretário municipal de economia do governo Newton Rique, relata em uma conversa com o economista Celso Furtado, se dizendo preocupado com o futuro do comércio de Campina Grande, prevendo que a vinda de comerciantes dos estados da região para compras no comércio local, logo não mais aconteceria quando se iniciasse as construções das rodovias interligando a região.

Essa previsão é confirmada pela Associação Comercial de Campina Grande que atribui entre esse, outro motivos que foram determinantes para o declínio do comércio campinense, tais como: os grandes comerciantes locais não se adequaram a modernidade comercial, principalmente com referência ao (Marketing) e por isso a maioria encerrou suas atividades. Com a ampliação da malha rodoviária da região, os comerciantes de outros estados, não só deixaram de comprar no comércio de Campina Grande, como passaram a vender também para o comércio campinense através dos grandes distribuidores atacadistas, que ofereciam, além de preços baixos, condição de pagamento e “vantagens fiscais”. Os grandes atacadistas varejistas, a exemplo das lojas de departamentos e eletrodomésticos, que em muitos casos, são os próprios fabricantes. Aponta, também, o comércio informal originado da mão de obra excedente, resultante do barramento migratório e da pouca oferta de empregos.

Quanto ao setor industrial, não houve nenhum investimento. Após a tentativa frustrada no início dos anos 50, a atividade industrial não contribuiu para o crescimento de Campina Grande, basta ver os seguintes dados referentes ao setor.

Em 1960 Campina Grande contava com 212 estabelecimentos industriais contra 126 em João Pessoa e, em 2005 apenas 894 e 909 em João Pessoa. Os números parecem elevados mas, no caso de 2005 estão incluídas as Micro Empresas, segundo a FIEP.

A Prefeitura de Campina Grande em adequação a Constituição Federal de conformidade com o artigo 128, instituiu o primeiro Plano Diretor do município, através da lei municipal nº 3.236 de 8 de janeiro de 1996. A elaboração desse plano teve início no final da administração do prefeito Enivaldo Ribeiro, que segundo a SEPLAN já está sendo revisado no que diz respeito ao patrimônio e meio ambiente.

Um caso atípico para o município de Campina Grande é a verticalização urbana, um fenômeno que vem ocorrendo nas grandes cidades do Brasil. Segundo as diretrizes do Plano Diretor (PD) de Campina Grande, a cidade ainda não estava em fase de verticalização por ainda existir Zonas e Expansão Urbana, que são as áreas onde o uso e ocupação do solo destinam-se ao crescimento da cidade. Ocorre que essas áreas só podem ser ocupadas mediante instalações de infra-estrutura, tais como saneamento básico e eletrificação.

Para atender aos novos loteamentos de expansão urbana os projetos devem ser aprovados pela prefeitura para posterior registro em cartório de imóveis, que para tanto devem atender os requisitos de infra-estrutura. Esse é o ponto crucial, porque a implantação do sistema de saneamento básico é de responsabilidade do Governo do Estado e esse, por sua vez, não vem dotando a cidade de uma Política Pública de saneamento básico para atender a expansão urbana necessária. O último investimento nesse setor, em Campina Grande, foi em 1974 com programa de saneamento Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que até então a cidade só dispunha de rede coletora de esgotos na área central, a obra



expandiu a rede coletora para os seguintes bairros: Conceição, Palmeira, Prata, Bela Vista, Quartel do Quarenta, Liberdade, Santa Rosa, Santo Antonio, José Pinheiro e parte do Catolé. Segundo a CAGEPA, a obra atenderia as necessidades da cidade nos vinte anos seguintes. Não foi feito mais nenhum investimento no setor até a presente data.

Da mesma forma, ocorre com a companhia energética que, segundo informações da direção da CELB, a empresa firmou acordo com o município para receber a infra-estrutura pronta para fornecer energia e proceder à manutenção.

Diante desse “impasse” os investimentos privados, na construção civil, são remanejados para as Zonas Adensáveis, que são áreas onde é possível a intensificação do uso e ocupação do solo, em virtude das condições físicas serem propícias e existir de infra-estrutura urbana disponível. Geralmente são áreas reduzidas, com alta valorização, adequada a verticalização.

Por outro lado, os imóveis verticalizados são de grande procura e, as justificativas têm dois motivos básicos: A primeira é que a Caixa Econômica Federal (CEF) não tem um programa de financiamento para aquisição de casas, segundo informações desse órgão financiador, os financiamentos são liberados independentes do tipo de imóvel. A segunda é a falta de Políticas Públicas voltadas para segurança e transporte. Informações fornecidas pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI). Os candidatos à compra de um imóvel residencial preferem apartamentos, alegando falta de segurança, que para tanto se sujeita a pagar segurança privada de condomínio. Um outro motivo é que essas áreas são, geralmente centrais, minimizado o custo de transportes.

Diante do quadro apresentado, vê-se que Campina Grande não foi contemplada com nenhum programa de Política Pública durante o referido período.

A carta nº 9 e o quadro 07 ilustram a evolução urbana desse período. Observar que essa carta é uma cópia original da SEPLAN em escala de 1:10.000, com impressão reduzida para este trabalho. Portanto, sua escala deve ser lida nominal, 1cm → 632m.

O maior percentual do crescimento de edificações registrado nesse período em relação aos outros dois itens, justifica a verticalização ocorrida no espaço urbano.

#### **QUADRO 07 - 1980 / 2005**

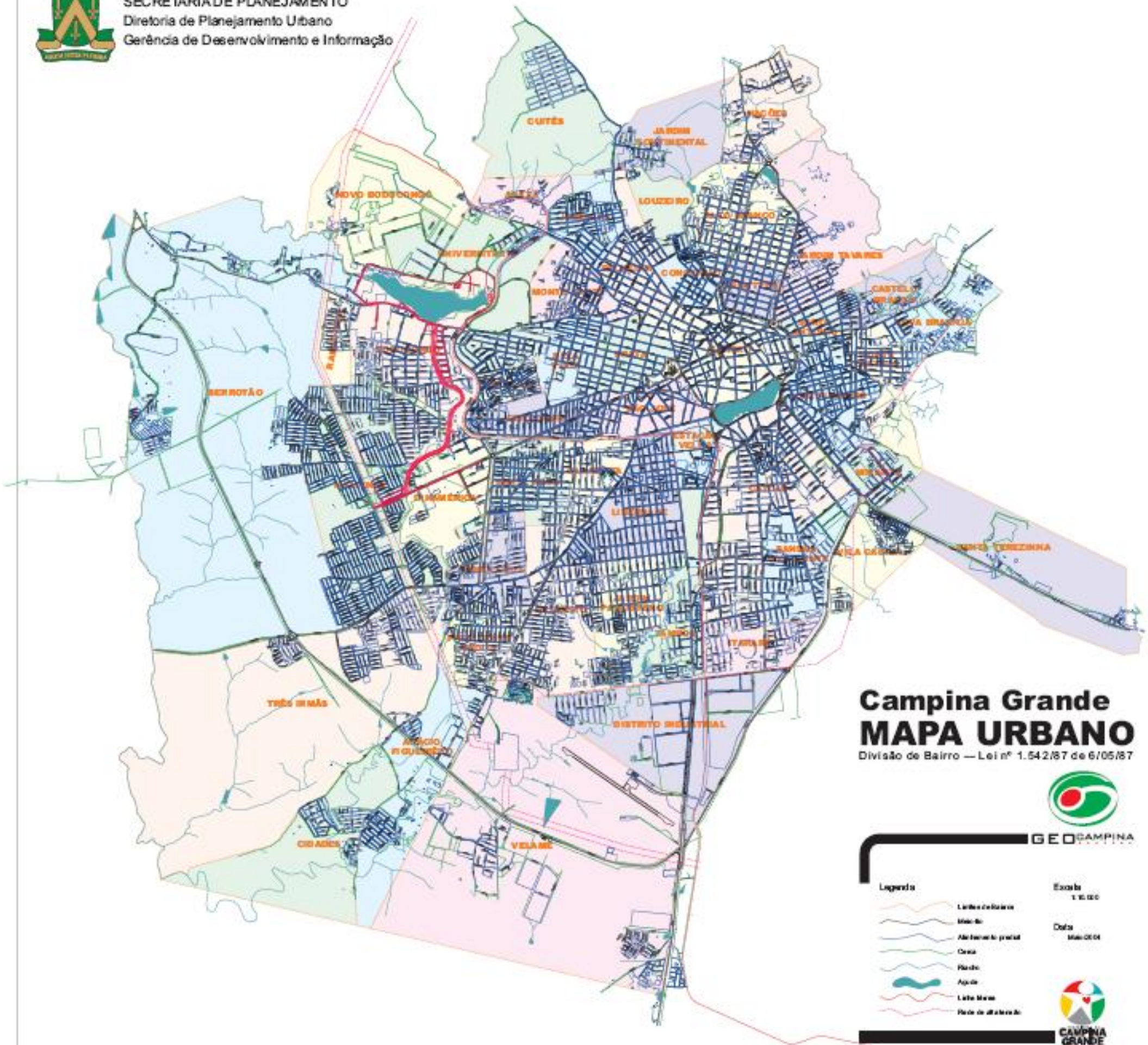
	<b>ÁREA URBANA</b>	<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
<b>ACRESCIMO</b>	<b>54,7km<sup>2</sup></b>	<b>42.800</b>	<b>144.456</b>
<b>% ACRESCIDO</b>	<b>201</b>	<b>202</b>	<b>160</b>
<b>N<sup>os</sup> ATUAIS</b>	<b>100km<sup>2</sup> *</b>	<b>85.000 **</b>	<b>379.841 **</b>

Fonte: \* (SEPLAN)

\*\* (IBGE)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
Diretoria de Planejamento Urbano  
Gerência de Desenvolvimento e Informação



## REFERÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Companhia Pro-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA): Informes sobre Campina Grande**. Campina Grande: PMCG, 1974.

\_\_\_\_\_. **Guia de Campina Grande** – Grafset, 1982.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). COMDECA**. Campina Grande: PMCG, 1974.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Campina Grande-PB**. Campina Grande SEPLAN, 1996

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional Cidades de Porte Médio – Campina Grande**. Campina Grande: SEPLAN, 1979.

\_\_\_\_\_. **Projeto CURA para Campina Grande – PB**. Campina Grande: SEPLAN, 1978.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Relatórios e Resoluções**. Campina Grande, 1956.

\_\_\_\_\_. **OS ALICERCES DE CAMPINA GRANDE** – Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864) Campina Grande: Caravela, 1999.

\_\_\_\_\_. **Trem e Empório do Algodão em Campina Grande**: notas sobre a história de uma cidade (regionalmente) cosmopolita. Caderna Nordeste em Debate. Universidade Federal da Paraíba, ano 1 nº1,1993.

\_\_\_\_\_. **Os alicerces de Campina Grande** : esboço histórico-social do povoado a vila (1697 a 1864). Campina Grande, Prefeitura Municipal / Secretaria de Educação/ Núcleo Cultural Português, 1999.

AGRA DO Ó, Alarcon. **O Leito de Procusto: Nacional Desenvolvimentismo e Educação (Campina Grande, 1959)**. Mestrado em Educação. João Pessoa: UFPB, 1996.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

ALMEIDA. F F. M. de: HASUI. Y.: BRITO NEVES, B. B. de: FUCK. H. **províncias estruturais brasileiras**, in: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DO NORDESTE. 8, 1977. Campina Grande. Atas, Campina Grande: SBG, 1977, (Boletim do Núcleo da SBG, 6)

ANDRADE, Manoel Correa de. **A terra e homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas,1986

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907 – 1957)** 1991. 296 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande-PB

ARAÚJO, M. L. R **Caminhos da Cidade**. In: O Bairro de José Pinheiro: Ontem e Hoje. Governo do Estado da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, João Pessoa, 1999.

**Atlas Geográfico Universal**. Nova Cultural. São Paulo, 1997

BARROS, Nilson Crécia Cortez de. **O pequeno comércio no interior do Nordeste do Brasil**: estudo sobre o comercio ambulante na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.1987. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CÂMARA, Epaminondas, **Datas Campinenses**. Campina Grande: Caravela, 1998.

CAMPOS, Aluizio Affonso. **Realidade Econômica e Planejamento do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 1956.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. **Campina Grande De(flo)vorada por Forasteiros: passagem de Campina Grande patriarcal a Campina Grande burguesa**. In: IMAGENS Multifacetadas da História de Campina Grande. Campina Grande: PMCG, 2000.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993 – 2ª Ed.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na fase desse processo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DUARTE, Paulo Araújo. **Cartografia Básica**. Florianópolis, UFSC, 1988. 2ª Edição.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE. **Relatórios e Resoluções**. Campina Grande, 1956.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: **O Capitalismo em Construção 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JATOBÁ, Lucivânio 1952. **Introdução à Geomorfologia** / Lucivânio Jatobá, Rachel Caldas Lins, 4ª Ed. Recife, Bagaço 2003.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos** São Paulo. Cortez, 2003.

LIMA, Damião de. **Impactos e Repercussões Sócio-Econômicas das Políticas do Governo Militar no Município de Campina Grande (1964 -1984)**. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: USP. 2004.

LIMEIRA, Maria das Dores; FORMIGA, Zeluíza da Silva. UFPB: **Implicações Políticas e Sociais de sua História**. João Pessoa: UFPB/NDIHR, 1986.

MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo, Contexto, 1991.

MELLO, José Otavio de Arruda. **Economia, Algodão, Ferrovias e Urbanização**. In: \_\_\_\_\_. História da Paraíba: lutas e resistência. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1995.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NASCIMENTO, Hélio Oliveira do. **As Interações Comerciais na EMPASA – CG: Produção de Espaços, Redes e Consolidação dos Territórios**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracajú.

NOVO, Evlyn M. L.de Moraes. **Sensoriamento Remoto. Princípios e Aplicações**. São Paulo, Edgard Blucher Ltda, 1992. 2ª Edição.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Curso de Cartografia Moderna**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

PALUMBO, DENNIS J. **Public Policy in América, Second Edition**. 1994. Tradução de Adriana Farah.

PAUWELS, Geraldo José. **Atlas Geográfico Melhoramentos**, 15ª edição. São Paulo: /edições Melhoramentos, 1957.

POPP, José Henrique. **Geologia Geral**, São Paulo. LTC, 1988 5ª Edição.

PORTO, Francisco Evangelista. **Fundamentos de Cartografia Aplicados à Geografia**. Campina Grande-PB. Edições Boa Impressão, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de Climatologia**. Campina Grande - Pb, Edições Boa Impressão, 2000.

RAISZ, Erwin Josephus. **General Cartography**. 2ª ed. New York, 1948.

RAMOS, Marília Maria Quirino. **Expansão urbana e alterações dos elementos climáticos em Campina Grande - PB/** Marília Maria Quirino Ramos:- João Pessoa: UFPB, UEPB, PRODEMA, 2002. Dissertação (Mestrado no Programa Desenvolvimento e Meio Ambiente – Habitat Urbano e Meio Ambiente) Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba.

RIOS, Arthur José (coordenador). **Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste**. Rio de Janeiro: SESC/SEPLAN, 1963.

SÁ, M. B. de. A Paisagem Recriada: **um olhar sobre a cidade de Campina Grande**. In: GURJÃO, E. de Q.(org.) SILVA,J. G. de A.; SILVA, K. Q. e; AMORIM, L.; OLIVEIRA, M<sup>a</sup>. J; SÁ, M. B. de; ARAÚJO, M. L.R.; CAVALCANTE, S. L. O. **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria da Educação., 2000.

SÁ, Ma Braga de. **Algumas Considerações sobre o Papel de Campina Grande na Rede Urbana Paraibana**. Campina Grande UFPB, Campus II, 1985.

SANTAELLA, Lucia. **O Que é Semiótica**. São Paulo, Brasiliense, 2005.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 2 ed. São Paulo: Nobel , 1993.

SANTOS, Edilton José dos. **Geologia e Recursos Minerais do Estado da Paraíba**/Organizado por Edilton José dos Santos, Cícero Alves Ferreira. José Maria Ferreira da Silva Junior – Recife: CPRM, 2002.

SILVA, Josefa Gomes Almeida. **Raízes Históricas de Campina Grande**. In: Eliete de Queiroz (org.) **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**, João Pessoa: A União Suprimentos de Imprensa e Editora, 2000.

SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. **Cartografias e Imagens da Cidade de Campina Grande (1920-1945)**. Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2003.

WINTERBOTHAM, H. S. L. **A Key to Maps**. 1947.

ZENAIDE, Hélio. **História da CINEP. Paraíba**. Ed. UNIÃO, 1996.

## **ANEXOS**



10

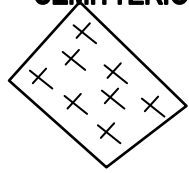
CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1864

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



CEMITTÉRIO DAS BONINAS



AÇUDE

LARGO DO MERCADO NOVO

LARGO DO ROSÁRIO



CADEIA E CASA DA CAMARA

LARGO DO MERCADO VELHO

RUA DO MEIO

RUA DO IOTA DA IGREJA

RUA DAS BARROCAS

ESCALA :

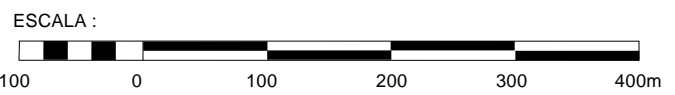
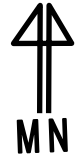


11

CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1907

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB

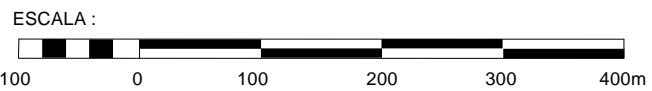
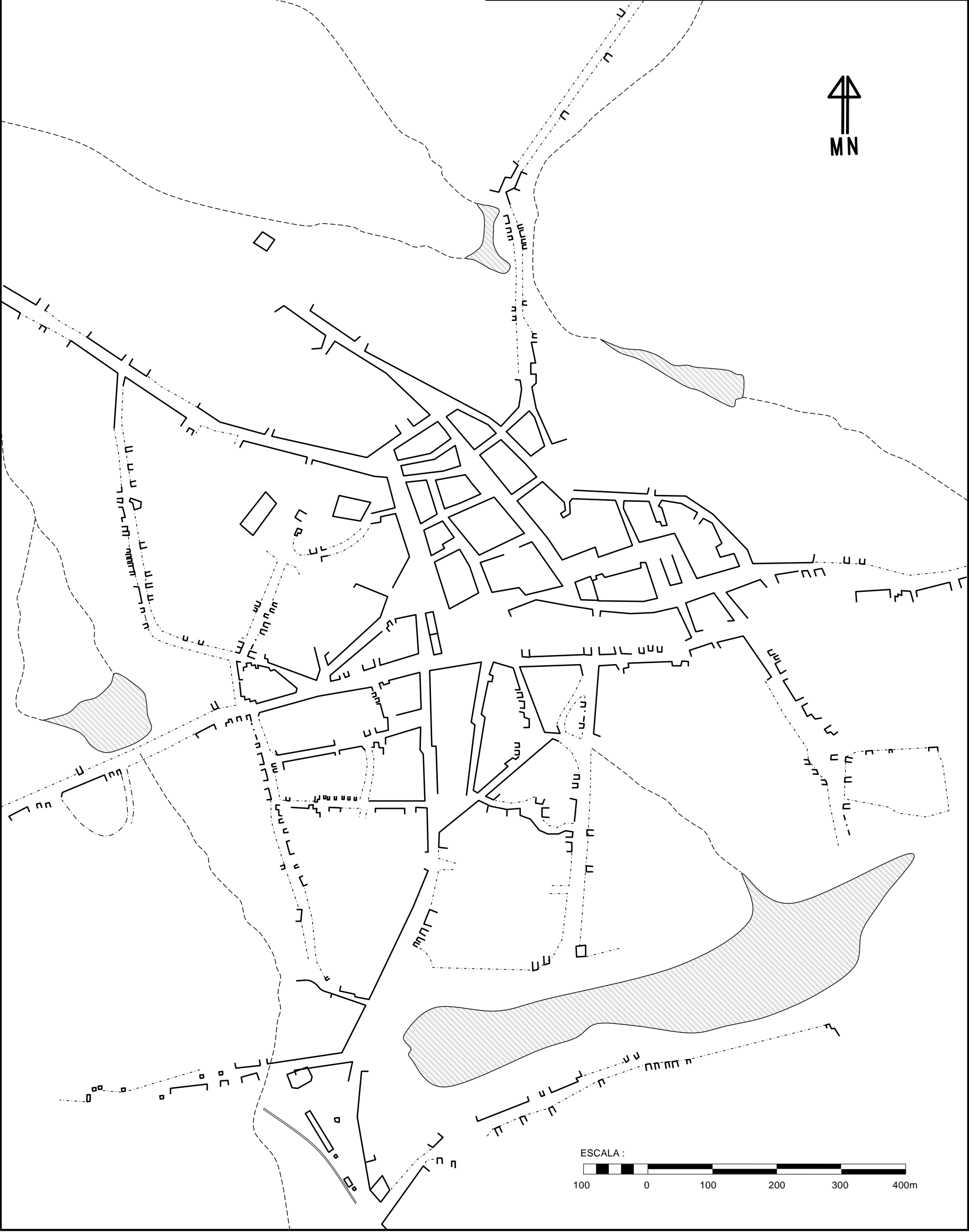


12

CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1930

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB





**13**

**CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1945**

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Carta elaborada pelo Exército do Brasil

**Açude de Bodocongó**

**PRATA**

**CENTRO**

**JOSE PINHEIRO**

**Açude Novo**

**Estádio Municipal**

**Açude Velho**

**Estação Ferroviária**

ESCALA :





14

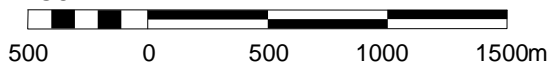
CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1964

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



ESCALA :

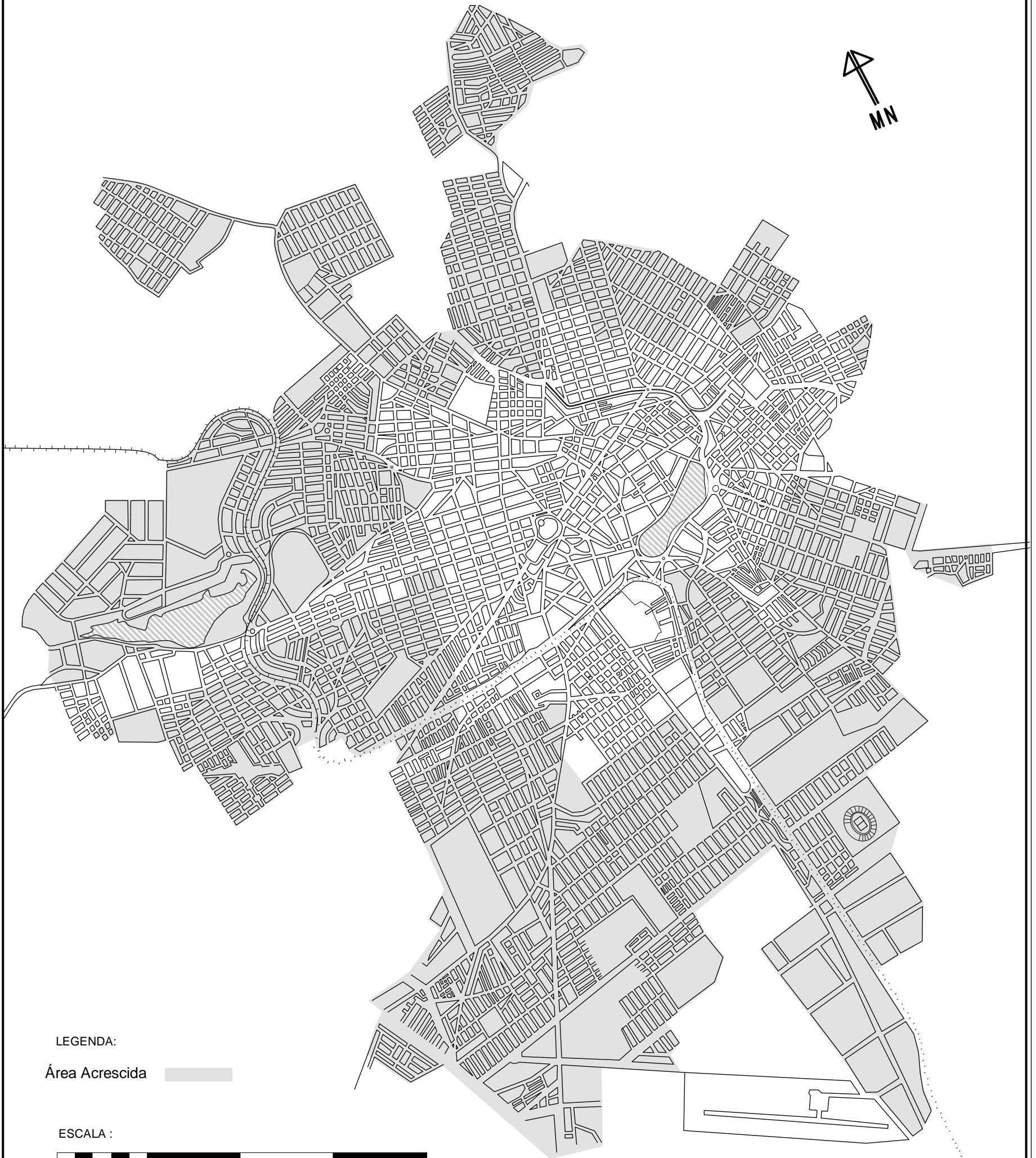


15

CARTA DE CAMPINA GRANDE - 1980

Desenho: Francisco Evangelista Porto

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura – Departamento de Patrimônio Cultural – Prefeitura de Campina Grande-PB



LEGENDA:

Área Acrescida 

ESCALA :

